

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VICTOR HENRIQUE DIANA DA SILVA

UM REI PARA O POVO:
A POPULARIDADE DE D. PEDRO II ATRAVÉS DA IMPRENSA.

UBERLÂNDIA

2019

VICTOR HENRIQUE DIANA DA SILVA

UM REI PARA O POVO:
A POPULARIDADE DE D. PEDRO II ATRAVÉS DA IMPRENSA.

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência obrigatória para a obtenção do título de bacharel em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Daniela Magalhães da Silveira

UBERLÂNDIA

2019

VICTOR HENRIQUE DIANA DA SILVA

UM REI PARA O POVO:
A POPULARIDADE DE D. PEDRO II ATRAVÉS DA IMPRENSA.

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência obrigatória para a obtenção do título de bacharel em História.

Monografia aprovada em ____/____/____.

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Daniela Magalhães da Silveira

Orientadora

Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Gilberto Cezar de Noronha

Examinador

Universidade Federal de Uberlândia

Prof^a. Dr^a. Nara Rúbia de Carvalho Cunha

Examinadora

Universidade Federal de Uberlândia

Agradecimentos

É muito difícil chegar ao final de um ciclo. Momentos no passado que você, no presente, olha e percebe que muito de feliz que se tenha vivido pode nunca mais voltar. A vida nos leva incessantemente para frente. Sigamos, pois, para o futuro.

Mas, mesmo seguindo a seta no presente que aponta para o futuro, temos obrigações para com o passado. Como historiador, aprendi com Walter Benjamin que o passado não é só felicidade, muito pelo contrário, são ruínas. E o futuro podem não ser de glórias. Entretanto, também acredito que o ser humano é capaz de, no presente, lutar incansavelmente para que o futuro seja de justiça e fraternidade.

Acredito ainda que só resgatando aqueles que estão a sua volta, permitindo viver o presente da melhor maneira possível, é que as forças para seguir aflorarão. O homem é feito de ideais e de laços de amor, por isso venho agradecer-los.

Primeiramente, agradeço a Deus.

Agradeço aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado, uma outra família, aqueles que deixei em São José do Rio Preto e aqueles que formei numa cidade e num estado desconhecidos. Sobre esses, desde 2016 as companhias deles fizeram do meu mundo um lugar melhor ainda. Com todos aprendi: rimos, choramos, bebemos, dançamos, conhecemos filmes, cidades, cachoeira, nos perdemos em linhas de ônibus, dividimos pensionato e apartamento, brigamos, fizemos as pazes novamente, mas o que também nunca deixou de faltar foi o amor.

Agradeço ainda à Universidade Federal de Uberlândia, uma instituição que proporcionou experiências impagáveis, e que só uma instituição pública, gratuita e de qualidade poderia proporcionar. Tenho um apreço especial pelo Instituto de História, claro. Por isso, agradeço aos técnicos e funcionários terceirizados de toda UFU que estão sempre disponíveis e nos tratam com muito carinho. Sem seus trabalhos e dedicações nada seria possível, são fundamentais. Aos professores desse instituto que tive oportunidade de ter aula, digo que me ensinaram muito e que aprendi algo com absolutamente todos, por isso farei questão de nominá-los: André Voigt, Alcides Ramos, Paulo Almeida, Jorgetânia Ferreira, Ana Flávia Ramos, Lainister Esteves, Marcelo Mahl, Ana Paula Spini, Dilma de Paula, Mônica Campo, Ivete Almeida, Guilherme Luz, Gilberto Noronha, Kátia Paranhos, Carla Miucci, Newton Dângelo, Cleber Felipe, Amon Pinho, Marta Emísia, Mara do Nascimento,

Nara Rúbia Cunha, Thiago Tolentino, Gustavo Oliveira, Maria Andréa Carmo e Regina Vasconcelos. E aos de fora do Instituto: Luciene Dantas (E. E. do Parque São Jorge), Roberta Silva (ESEBA-UFU), Fábio Laura (ILEEL) Anderson Aparecido (E. E. Messias Pedreiro), Aléxia Franco (FACED), Mara Rubia Almeida (FACED), Vanessa Campos (FACED), Sônia dos Santos (FACED), Valéria Martins (INCIS), Isabela Mendonça (IFILO) e Viviane Buiatti (IP). Mas é claro, em especial minha orientadora, Daniela da Silveira, aquela que me ajudou, apoiou e incentivou desde a Iniciação Científica. Sem ela tudo seria diferente.

Fiz questão de citá-los porque habitam um lugar na sociedade, que é o lugar da oportunidade e da transformação social. Ser professor é ser luz num momento de escuridão. Com educação temos a chave para garantia de um futuro melhor. E eles com certeza, me ajudaram a girá-la na fechadura.

Agradeço a toda minha família, que desde sempre estiveram comigo nessa jornada dos estudos, como por exemplo, acordar 3h. da manhã para enfrentar filas de madrugada, antes do trabalho, conseguindo uma bolsa integral em uma escola de excelência. No início não entenderam bem a minha escolha pela História, questionaram a escolha, me deram alternativas, nunca faltou o respeito, muito menos apoio. Até mesmo quando pensei em desistir... É com grande prazer que chego a este ponto desta longa jornada, que jamais findará. Sei que esse trabalho podia ser bem melhor, mas ainda sim, foi através de muita batalha, unhas roídas e ansiedades explosivas que originou esse árduo trabalho. Espero que se sintam orgulhosos, pois sou fruto desse amor e dessa luta. Farei disso o meu maior motor para agir no mundo!

Simplemente, obrigado!

Resumo

O trabalho monográfico pretende analisar a popularidade de D. Pedro II, Imperador do Brasil, ao final do século XIX. Para isso, fez-se uso da imprensa brasileira como fonte histórica, em especial *A Gazeta de Notícias* e uma edição d'*O Mequetrefe*. A cidade do Rio de Janeiro é o plano de fundo da análise, visto que concentrava a cúpula política, ou seja, era a corte imperial e depois a capital federal, além de ter sido a maior concentração populacional do país na época. Metodologicamente o trabalho vem sugerir a imprensa como agente de atuação político-social, bem como tenta relacionar a memória com o presente, passado e futuro, gerada entre sujeitos, como parte de um grupo social. As agitações do presente o mote para analisar as agitações do passado, quando crises estavam à baila, como Revolta do Vintém (1880), abolição da escravidão (1888), golpe republicano (1889) e a morte do ex-Imperador brasileiro (1891).

Palavras-chave: D. Pedro II. Imprensa. Popularidade.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: Aprovação da maneira de governar (Temer).....	10
Gráfico 2: Confiança no presidente (Temer).....	11
Gráfico 3: Avaliação do governo (Temer)	11
Gráfico 4: Avaliação no início do governo de cada presidente eleito diretamente. ...	12
Figura 1– Ilustração da capa da edição 486 d'O Mequetrefe.	47
Figura 2 – Ilustração da página 4 da edição 486 d'O Mequetrefe.	47
Figura 3 – Capa da Gazeta de Notícias anunciando a morte de D. Pedro II.	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1: "Nem o imperador, nem sua filha, terão força para reabilitar esse reinado"	15
1.1 – Gazeta de Notícias: a popularidade na imprensa.	17
1.2 – Impostos na Corte.....	20
1.3 – Impostos na Gazeta de Notícia.....	21
1.4 – A virada da fúria: 1879-1880, quando o imposto foi ameaçado de morte	23
1.5 – Classe política, ideologia e impostos	25
1.6 – As vozes de aviso	30
Capítulo 2: Quem vem lá: o enfermo que ainda reina no Brasil livre.	32
2.1 – A abolição	32
2.2 – Lá se vai a escravidão, quase se vai meu Imperador... ..	34
2.3 – Os homens de cor monarquistas	39
2.4 – De festa em festa, o Imperador enche o papo?	42
Capítulo 3: E o país enlouqueceu: “republicano por princípio e ‘não por ódio ao melhor monarca que poderiam ter”	44
Capítulo 4: Memória, demasiado humano	51
4.1 – Aqueles que debatem.	52
4.2 – Aqueles que lembram.	54
Considerações Finais	65
REFERÊNCIAS	67
Fontes:.....	67
Bibliografia:	70

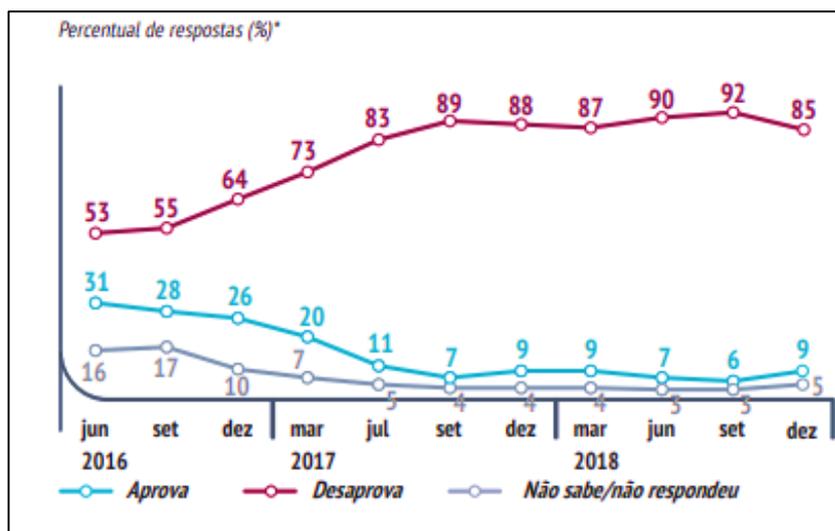
Introdução

O Brasil nos seus últimos anos passa por crises: econômica, política, educacional, na saúde... Um país à beira do abismo. Parece entretanto, que o país nunca teve um momento de calma, o que é, infelizmente, natural, uma vez que os interesses e as batalhas entre grupos estão sempre postos à mesa.

A população anda insatisfeita com quem ocupa o cargo da presidência. Isso desde de Dilma Rousseff. Entretanto, quando comecei a pensar sobre o assunto, vivia sob o governo de Michel Temer, que tomou o poder após o impeachment de Rousseff. Por isso trago aqui seus números.

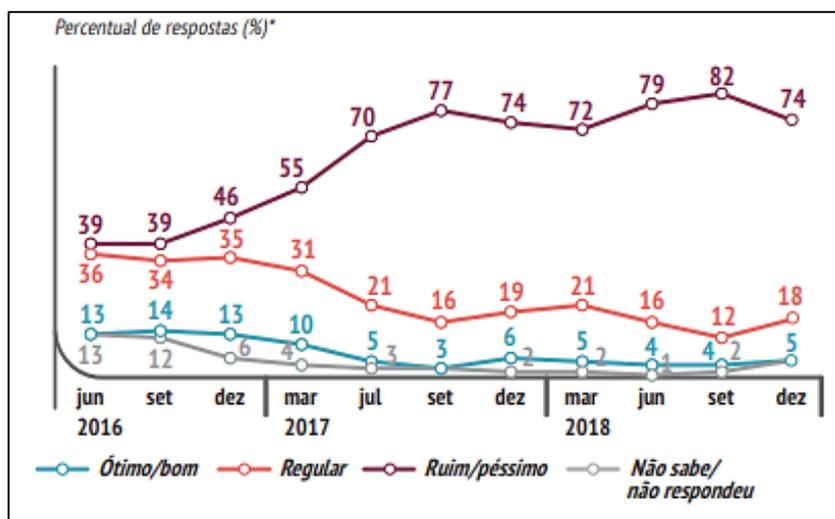
Numa pesquisa de dezembro de 2018, Confederação Nacional das Indústrias – CNI, revelou uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), que numa amostra de 2000 eleitores em 127 municípios a porcentagem de aprovação do final do governo do presidente Michel Temer. Entre os entrevistados, apenas 5% avaliavam como bom ou ótimo, 9% aprovavam a maneira de governar e 7% confiavam no presidente. Isso o tornou o presidente o mais impopular da história desde a redemocratização de 1985, segundo a pesquisa histórica (CNI-IBOPE, 2018). Confira os resultados ao longo de seu governo:

Gráfico 1: Aprovação da maneira de governar (Temer)



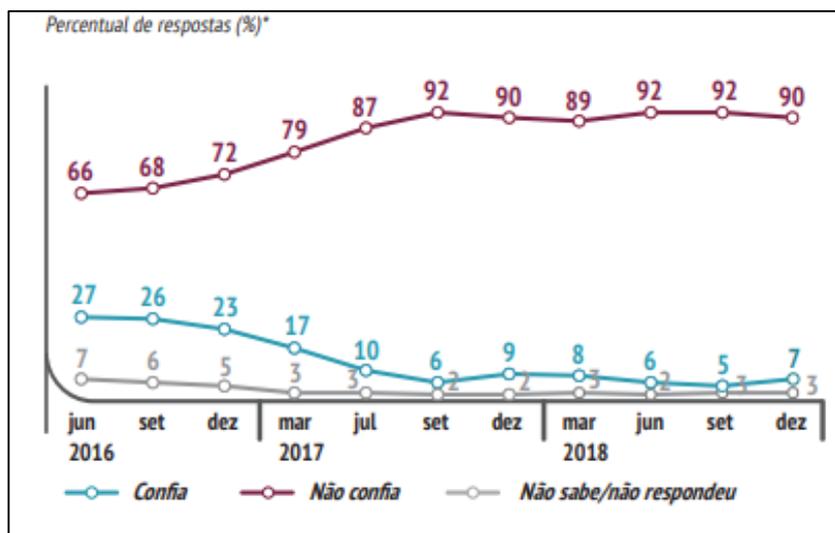
Fonte: CNI-IBOPE, Brasília, p.6, dezembro 2018.

Gráfico 2: Avaliação do governo (Temer)



Fonte: CNI-IBOPE, Brasília, p.6, dezembro 2018.

Gráfico 3: Confiança no presidente (Temer)

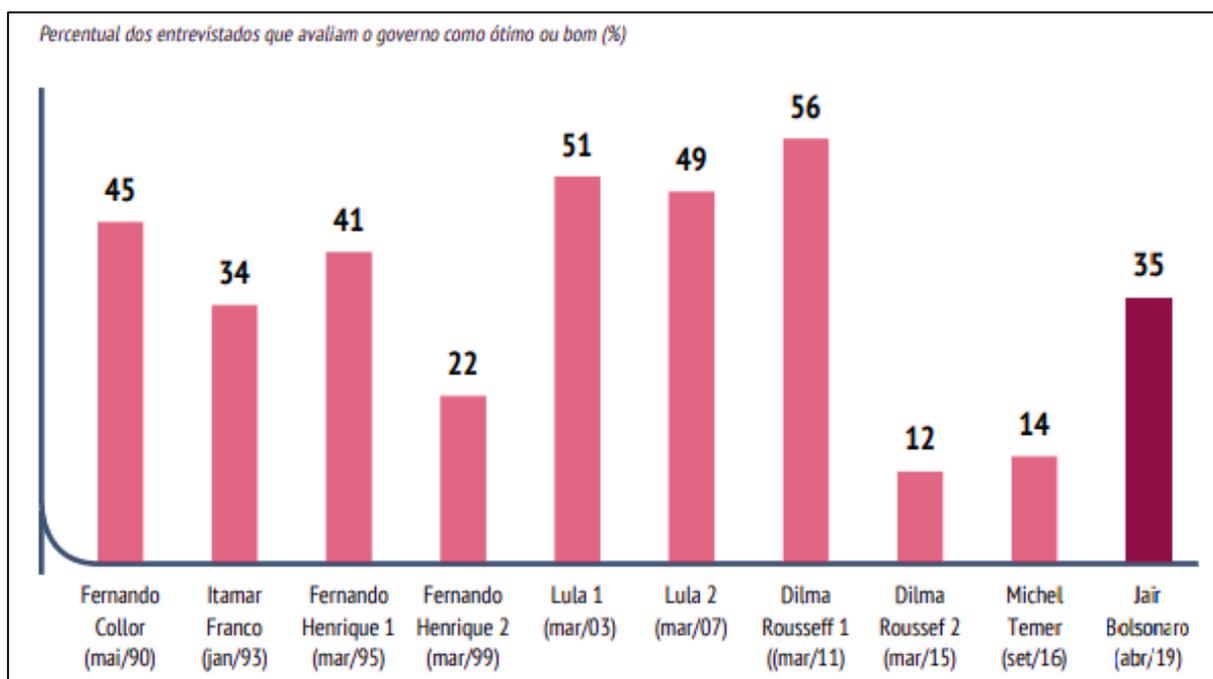


Fonte: CNI-IBOPE, Brasília, p.6, dezembro 2018.

Porém, em 2018, tivemos eleições no final do ano. Uma eleição muito difícil, na qual delegou ao Palácio do Planalto forças reacionárias da extrema-direita, encabeçadas na figura de Jair Messias Bolsonaro. Na primeira pesquisa de popularidade do presidente Bolsonaro encomendada pela CNI, que ouviu 2.000 entrevistas em 126 municípios em abril de 2019, o apontou que tinha um governo, finalmente, mais popular que seus antecessores. Os resultados: 35% avaliavam como ótimo o bom, 51% aprovavam a maneira de governar e 51% confiavam no presidente. Disse que era mais popular em relação aos dois anteriores, porém, é

preciso dizer que Bolsonaro é o presidente mais impopular em primeiro mandato, como mostra o seguinte gráfico:

Gráfico 4 - Avaliação no início do governo de cada presidente eleito diretamente



Fonte: CNI-IBOPE, Brasília, p.5, abril 2019.

Aconteceu, porém, que o cenário mudou. Na última pesquisa do IBOPE, de setembro de 2019, ouvindo também 2000 pessoas em 126 cidades brasileiras, mostrou que os números pioraram. Bolsonaro segue uma tendência de queda de sua popularidade. Para quem começou com números positivos, mas não otimistas, os últimos resultados só indicam mais preocupações em relação ao novo governo que se mostra desastroso em diversas áreas (CNI-IBOPE, setembro 2019).

Claro que, esses números são reflexos do momento pelo qual a sociedade passa. Num jogo de possibilidades pode ser que esses números fossem diferentes. Porém, isso não é matéria deste trabalho. A impopularidade de Temer e de Bolsonaro pôde servir como mote, demonstrando como um governo pode ser admitido pela sua população, como isso influencia no modo de governar e até mesmo nas escolhas a serem tomadas enquanto poder, por exemplo.

Ainda com Bolsonaro, o IBOPE ouviu sobre a percepção do noticiário sobre o governo. A percepção da maioria, 43%, foi de que as notícias eram em suma, mais

desfavoráveis. Nisso, podemos perceber como a imprensa é um grande motor que dissipa opiniões e discussões acerca de um governo.

O governo mais impopular da história democrática brasileira e o menos bem-avaliado em primeiro mandato é inspiração para se investigar o Brasil num outro momento¹: quando se tinha outra forma de governo – monarquia –, quando a democracia era reivindicada, ainda que a coroa imperial era tatuada na pele da população mais pobre, mesmo após sua saída do trono e ao passo que parte da classe política o atacava. Que imperador era esse? Como a imprensa pode responder a interrogação da aceitação do imperador? Essas perguntas não pretendo responder por agora, mas no decorrer do trabalho.

Esse trabalho será dividido em algumas partes. O primeiro capítulo pretende compreender como a popularidade do imperador D. Pedro II foi afetada de 1875 até a Revolta do Vintém, na virada do ano para 1880, correspondendo aos cinco primeiros anos do periódico *Gazeta de Notícias*, a principal fonte histórica desse trabalho. Para isso, se mapeou como a questão do imposto – motivo de insatisfação no passado e no presente² – abalava a aceitação popular, que se fez presente nas páginas desse jornal em questão. O maior acontecimento envolvendo tal assunto foi a Revolta do Vintém, motivada pela cobrança de um imposto que incidia diretamente no preço das passagens de bonde do Rio de Janeiro, aumentando seu valor. Além disso, na classe política encontravam-se importantes contrapontos ao governo imperial, que promoviam ataques diretos na *Gazeta de Notícias*.

O segundo capítulo tem como plano de fundo duas situações: a abolição e a doença do Imperador, que o acometera durante a aprovação da lei. Nele procuro ver como esses dois eventos conversavam entre si, mas mais do que isso, como ambos são reveladores da popularidade da Vossa Majestade, o então Imperador.

Já o terceiro dá continuidade na linha temporal e chegamos finalmente na Proclamação da República. Uma explicação, até que lógica, para substituição de um governo poderia ser a impopularidade, certo? Bom, num governo democrático, as eleições periódicas garantem tal revezamento de poder e substituição de governos que não atendem mais aos anseios populares. Entretanto, monarquia não é

¹ Colocar uma questão atual nos tempos de outrora seria anacronismo. Porém, procurarei respeitar os aspectos daquela época e buscar compreender em que sentido os impostos se tornavam motivos de insatisfação para aquela população.

² Na pesquisa de março de 2018 (CNI-IBOPE), 90% dos entrevistados avaliam com desaprovação essa área, sendo o que mais incomodou esses entrevistados. Na última pesquisa (CNI-IBOPE, set. 2019), o imposto era o segundo mais desaprovado pelos eleitores, 62% desaprovavam.

sinônimo de democracia, e no Brasil a sua substituição pelo República tampouco seria, obviamente. Mas, era o caso do governante ser impopular? Isso que é questionado no terceiro capítulo, uma vez que a abolição rendia louros à família real brasileira. Se então, não era impopular, é necessário investigar por quais circunstâncias a monarquia foi substituída.

Finalmente, no último capítulo, temos uma abordagem um pouco diferente. Busco, ainda que de modo breve, como as memórias relativas a D. Pedro II, na sua morte, estavam presentes nas páginas da *Gazeta de Notícias* e o que elas podiam representar.

Ou seja, nosso objeto de pesquisa é a popularidade de D. Pedro II, buscada ao final do século XIX, através da imprensa. Um trabalho semeado que exigiu muito esforço ao longo de meses, mas que ao final gerou frutos. Pois então, que iniciemos a jornada através do tempo.

Capítulo 1: "Nem o imperador, nem sua filha, terão força para reabilitar esse reinado".

Pensar em popularidade é algo um pouco difícil. Mas quem disse que seria fácil? Quando me inspirei no presidente Temer para pensar sobre o imperador D. Pedro II, veio-me a dúvida do uso e difusão da palavra “popularidade”. Recorri, então, primeiramente ao dicionário de época: O *Dicionário da Língua Brasileira*, de 1832. Temos por definição: “Popularidade, s.f. qualidade de popular.” (PINTO, 1832, p. 860). Até aí não nos disse muito. Fui então até “popular”: “Popular, adj. Do povo. Que granjeia o povo. Que serve para granjear o povo. Bem visto do povo” (PINTO, 1832, p. 860).

Temos essas definições que nos ajudam a pensar o significado de popularidade. Embora o dicionário e as definições não sejam da década de 1870 ou 1880, que é o recorte selecionado desse trabalho, elas permitem afirmar que o significado atribuído à palavra “popularidade” estava bem próximo do que hoje significa. Explico: segundo o dicionário *Aulete Online*, tem-se o seguinte verbete: “(po.pu.la.ri.da.de) sf. 1. Qualidade de pessoa ou coisa popular. 2. Estima pública de uma pessoa ou coisa” (POPULARIDADE, 2018, on-line). Além disso, temos:

“(po.pu.lar) 1. Ref. ao povo, a ele pertencente ou dele proveniente (cultura popular). 2. Conhecido ou estimado pelo povo (político popular). 3. Que tem a aprovação ou apreço de várias pessoas (professor popular); FAMOSO. 4. Destinado ao povo (bibliotecas populares). 5. De baixo custo (casas populares); BARATO 6. Que é vulgar, de má qualidade, trivial; PLEBEU 7. Que é democrático (gestão popular).sm. 8. Homem do povo; ANÔNIMO: Um popular foi atropelado. sf. 9. Acomodação barata, em estádios desportivos.” (POPULAR, 2018)

Desse modo, percebemos a clara proximidade, senão a mesma, para ambos os momentos da nossa língua e uso. Porém, acrescida de novos significados atualmente. No uso na língua culta da época – e isso digo pesquisando nas edições da Gazeta de Notícias – não a empregavam em grande quantidade.

Na busca pela palavra “popularidade” na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, entre 1875 e 1879 contabilizou-se pouco mais de uma centena de resultados pelo buscador virtual. É um resultado muito escasso – se pensarmos que se têm mais de 350 edições por ano de circulação – e que pode levar o pesquisador

a pensar na limitação de uso dessa palavra. O que pode ser sim uma constatação verdadeira. Não consigo afirmar, porém, como era o uso dessa palavra entre os falantes em situações do cotidiano. Podemos, então, pensar na popularidade não pela palavra em si e sua quantidade de uso, afinal esse nem é o objeto de pesquisa, mas sim como o seu significado estava atrelado ao Imperador.

Tentei então ver a popularidade de D. Pedro II e como a questão do imposto pôde ter afetado a imagem desse nosso imperador. Nessa jornada foi preciso contar com quem esteve pensando em D. Pedro, que buscaram em suas pesquisas aspectos da vida do imperador que vinham a favorecer ou não a sua imagem. Os pesquisadores José Murilo de Carvalho e Schwarcz, já apresentados, servem de base para o estudo, e veremos o porquê.

A obra de Carvalho tenta penetrar na vida de D. Pedro II, como que se quisesse saber como funcionava a mente desse governante. Servirá para o trabalho, uma vez que busca a ambiguidade da figura real: o D. Pedro II e Pedro de Alcântara – o homem público e o homem cidadão como qualquer outro, respectivamente. Não à toa que o autor se preocupa com os bilhetes e cartas trocadas, com as vontades do imperador (CARVALHO, 2007, p. 94), como ele fora educado (Ibidem, p. 26-33), etc, aspectos pertinentes à vida privada.

Para o autor, o isolamento, as viagens e a dedicação somente aos estudos provocaram uma imagem negativa da família real – pertinentes à construção da vida pública. Mas o que foi um marco muito importante é a revolta do Vintém, que marcaria uma novidade para o imperador: a insatisfação popular que batia à sua porta, literalmente, no final da década de 1870. Segundo o autor, o monarca ficara inquieto pelo uso de violência contra o povo a qual presenciou durante a revolta (Ibidem, p. 176-177), na tentativa de manter um diálogo com ele mesmo. Segundo José Murilo de Carvalho, D. Pedro II era acostumado aos aplausos das festas, das procissões, das visitas, que marcariam certa solidez de governo (Ibidem, p. 179).

Porém, mais para frente no tempo – e extrapolando nossa base temporal para a elaboração deste capítulo –, na proclamação da República, quando a popularidade do imperador estava em alta, ser popular não adiantaria. Mesmo sendo o momento de maior popularidade, devido à abolição da escravidão, isso só serviu para a monarquia permanecer no imaginário como redentora, uma vez que o jogo político e de interesses fariam mais alto.

O livro de Lília Schwarcz possibilita pensar como a monarquia brasileira se transformou ao longo do reinado de D. Pedro II e como os atos de governo vão refletir no imaginário popular. A autora inicia a obra colocando em discussão como os regimes de governo se impõem no imaginário social, com seus credos e utopias (SCHWARCZ, 1998, p. 32), e de como isso fora exercido em sociedade: a chamada teatralidade da realeza, que é como ela se afirmava e se impunha perante seus súditos, através da exploração da imagem do Rei (Ibidem, p. 47-48). A autora afirma com base em estudos estrangeiros (de Marc Bloch e Clifford Geertz) e é a partir deles que ela busca tais indícios dessas afirmações no Império brasileiro.

A Guerra do Paraguai foi o apogeu de D. Pedro II e mexia com o imaginário da população: a figura do "rei guerreiro" (Ibidem, p. 617). Logo, é a partir dela que a monarquia sofre com a decadência e desgaste: a guerra tinha custado ao imperador os últimos traços de jovialidade: "[...] a tensão em sua face e os primeiros sinais de uma barba que, como diziam, teria ficado branca nesse contexto." (Ibidem, p. 662).

A representação do rei guerreiro cedeu espaço ao "monarca cidadão": D. Pedro II perdia o caráter grandioso e se misturava aos súditos. O Rei deixava de ser um aclamado de Deus, e passaram a vê-lo como uma caracterização de mais um civil mortal (Ibidem, p.667). Somado a isso, a simplicidade da família real aprofunda os traços de decadência da monarquia, que era também uma tentativa de construção da imagem do "rei mecenas", sempre junto a um livro, um homem de trajes simples, sem pompas ou luxo extremados, a autora usa de novo o sentido de teatralidade (Ibidem, p. 770).

É nesse momento ainda que a fotografia foi usada como aparato para propagar a monarquia. (Ibidem, p. 747). Talvez no exterior isso funcionasse, mas no país a monarquia se mostrava frágil, deixando em evidência as contradições: viagens em excesso ao exterior no momento que, por exemplo, a escravidão reinava no país, como que se tivesse apatia aos assuntos internos. Daí que viera o "Pedro Banana", além do evidente declínio popular que o acomete até a abolição (Ibidem, p. 789).

1.1 – Gazeta de Notícias: a popularidade na imprensa.

Para falar de um campo de investigação, é necessário de antemão fazer um reconhecimento da área que vai se pisar – com a imprensa não seria diferente. Saber o papel da imprensa é fundamental. Tal discussão será importantíssimo não só para esse capítulo, mas para o trabalho todo.

Segundo Barbosa, a imprensa revela uma relação de poder. Um aspecto notável é o domínio sobre a língua, o qual possibilita padronizá-la. Eis o poder da palavra e do discurso. Se os periódicos usam da linguagem escrita para a comunicação impressa, é como se ela fosse o local de circulação da verdade, importante meio que ligava o público com a política. Isso conferiu grande poder de participação na sociedade a esses jornais (BARBOSA, 1997, pp. 95-98).

No entanto, Tânia Regina de Luca em seu texto “A História dos, nos e por meio dos periódicos” (2005) nos faz uma ressalva em relação ao que constava nas páginas desses periódicos: tudo o que está impresso nas páginas da imprensa é determinado por certos interesses e a análise do discurso deve dar conta dessas intenções (LUCA, 2005, p. 139). Isso porque os jornais se relacionam com vários grupos importantes, como “instituições políticas, grupos econômicos e financeiros” (Ibidem, p. 116). E isso tudo afeta o que é impresso em suas páginas. Podemos então pensar que a participação na sociedade, dita por Barbosa, teria certa limitação, orientada pelos interesses das relações econômicas desses jornais.

O jornal selecionado para o trabalho é a *Gazeta de Notícias*. Para este estudo, selecionou-se os anos iniciais de circulação do periódico. O jornal em questão se torna importante, pois segundo Sodré, esse diário carioca foi o sinal da mudança de comportamento dos jornais que circulavam no país. De acordo com o autor, seu surgimento é um “fato jornalístico” (SODRÉ, 1999, p. 224). Surgiu na cidade do Rio de Janeiro em 1875. A partir disso, podemos endossar o comentário de Luca, pois, além das instituições, as áreas de difusão dos periódicos não devem ser esquecidas durante a análise. No nosso caso, o jornal encontrou na Corte um lugar propício para circulação. Clara Miguel Asperti atribui um maior número de jornais na capital do império, em relação ao interior, pois, segundo ela, tinha a maior população e o maior número de letrados que contribuía para a composição dos jornais (ASPERTI, 2006, p. 46).

Interessante ainda é notar como a imprensa pode sim moldar a opinião pública, mas como ela está também servindo aos desejos do seu público. Para

crescer foi preciso atender a demanda do público que lidava com esses periódicos – o que para esses jornais também era importante para competir com jornais rivais:

“[...] afirmamos que as reformulações gráfico-editorial desses veículos – com destaque para a valorização do folhetim, num primeiro momento, e num segundo instante das crônicas e comentários; dos acontecimentos violentos; do uso em profusão das ilustrações ao lado do texto, bem como dezenas de outras estratégias administrativas e editoriais, visavam torná-los mais acessíveis a um número maior de leitores [...]” (BARBOSA, 1997, p. 97)

Vale ressaltar ainda que quando se diz “leitores”, está incluso um universo maior do que aqueles que sabem ler signos e interpretar seus significados, ou seja, estão incluídos os alfabetizados, mas também se incluem os analfabetos. Isso porque, como mostra Sodré, a leitura podia ser variada, com diferentes intuitos e de diferentes formas – em voz alta, em grupo, em família, etc (SODRÉ, op. cit., p. 243). Cria-se na cabeça a imagem semelhante às reuniões para assistir às telenovelas atuais, filmes ou séries, mas com a diferença que o poder de anúncio vai das folhas impressas para a pessoa que lê, que por sua vez o espalha, levando a escrita àquelas pessoas que não podem ler; diferente das telenovelas: todos que estejam com suas habilidades visuais e auditivas em perfeito estado não precisam de um mediador, a não ser o televisor.

Embora Luca defenda que para a imprensa seu alcance fosse diminuto devido às altas taxas de analfabetismo (LUCA, op. cit., p. 133), mesmo intervindo no espaço público, não exclui a ideia anterior de Sodré. Isso porque, a autora parte da premissa do teor comercial da imprensa, ao passo que Sodré busca entender as relações sociais que a imprensa podia abarcar, e essas relações diziam respeito também aos analfabetos. Em suma: o debate que estava na imprensa do final do século XIX chegava aos diferentes públicos, no entanto, o comércio e a venda de um estilo de vida nos jornais daquele século era diminuto, se comparado ao século XX (Ibidem, p. 129), porque o intuito daquela imprensa oitocentista não era somente comercial, mas de estar em debate (Ibidem, p. 133).

Quando surgiu, na edição primeira, do dia 2 de agosto de 1875, os editores da *Gazeta de Notícias*, na coluna do jornal nomeada *Folhetim*, se desfizeram de qualquer compromisso ou de qualquer programa para não se saírem como falastrões. Para ilustrar isso, usam uma anedota: um tal rei havia prometido uma constituição ao seu povo. Passados anos, o povo cobrou-o de tal promessa. O Rei

respondeu ao seu povo que fossem para casa, pois havia sim prometido, mas não disse para quando. Assim, os editores não seriam iguais ao monarca em questão e não tomariam partido já de início, para não se contradizerem em sua vida jornalística (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 1, 1875).

A nossa fonte permite reafirmar o teor dito “doutrinador” que Luca escreve sobre a imprensa do século XIX, como dito anteriormente. Os editores ainda não se sentiam confortáveis em se expor dizendo para que vieram. Entretanto, não podemos afirmar que isso seja sinal de imparcialidade, muito pelo contrário. Faço uma leitura de que estavam esperando o momento para poderem se posicionar. Perceber qual o posicionamento desse periódico é uma das funções deste trabalho.

1.2 – Impostos na Corte

Antes ainda, é preciso entender que a cidade do Rio de Janeiro era considerada Município Neutro. Isso significava que seus regimentos eram à parte da província do Rio de Janeiro, tendo autonomia, inclusive no que diz respeito aos impostos. Isso foi definido pelo Ato Adicional de 1834, que separou as obrigações de Províncias das obrigações dos Municípios. Porém, se colocou uma determinação já no artigo primeiro:

“Art. 1º O direito, reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição, será exercido pelas Câmaras dos Distritos e pelas Assembleias, que, substituindo os Conselhos Gerais, se estabelecerão em todas as províncias, com o título de: Assembleias Legislativas Provinciais.

A autoridade da Assembleia Legislativa da Província em que estiver a Corte, não compreenderá a mesma Corte, nem o seu Município” (Lei nº16, 1834).

Atentamos para a data: 1834, período ainda da Regência. Entretanto, isso colocou D. Pedro II, após sua posse, como administrador direto da Corte brasileira. O que, claro, traria consequências para sua imagem perante a população. Essa lei está dizendo, em outras palavras, que quem irá intervir nos negócios do Município Neutro do Rio de Janeiro será diretamente a corte e não as Assembleias Legislativas da Província. Não seriam os legisladores provinciais do Rio de Janeiro (comparados aos deputados estaduais de hoje) que iriam intervir sobre o social,

economia e direitos, mas sim o órgão geral que estava instalado na capital, na figura dos regentes (depois viria a ser D. Pedro II).

Dessa maneira, “(...) separou a Corte do resto da Província do Rio de Janeiro, passando essa a ter autonomia e jurisdição próprias, sendo sua presidência e Assembleia Legislativa criadas ao mesmo tempo e encarregadas de legislar sobre a administração, a justiça e a divisão eclesiástica.” (PINTO, 2015, p. 2)

1.3 – Impostos na Gazeta de Notícia

Partamos agora para o resultado da busca pela palavra “imposto” e “impostos”, que revelou algumas características gerais. Em suma, constatei uma obviedade: observou-se que pagar imposto nunca foi de bom grado para quem pagava. Se o pagamento do imposto não o era percebido na vida cotidiana com melhorias na sociedade a qual viviam, pior ainda. Isso porque reclamações da má qualidade de serviços públicos, como limpeza, foram encontradas no jornal, por exemplo.

Mas fato é: a figura do imperador, ao que se aponta, não era diretamente afetada pela cobrança de impostos. Figuras que estavam em contato direto com ele e que administravam o uso dos impostos eram mais cobradas e impopulares, em especial os ministros da corte.

Vamos às ocorrências:

Na edição do dia 24 de agosto de 1875, apareceu uma comparação e sensação de injustiça. Segundo o trecho visto, na lei de impostos da China sofre castigo quem faz o pobre pagar e o rico não e se insere então uma reflexão: “Se entre nós se aplicasse a mesma lei, quantos milheiros de bastonadas estariam dados?” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 3, 24 agosto 1875). A situação esteve em conversa com outro trecho, publicado no dia 28 de outubro do mesmo ano, sob a assinatura de “Aymort”, o qual denunciava os abusos da elevação de preços dos alimentos provocados pelos empresários do ramo, enquanto o governo nada fazia em relação ao assunto, mas só criava impostos para um povo sofrido: “[...] Só temos governo para fazer eleições, lançar impostos pecuniários e de sangue, e tolerar monopolistas de gêneros alimentícios, de enterramento de cadáveres e sublocadores de prédios.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.3, 28 outubro 1875). Percebe-

se, pois, que há uma antagonização entre dois polos – governo e povo, provocados, porém, por um agente, que é o imposto.

A noção de povo sofrido, deixado ao descaso, é ressaltada na coluna *Publicações a pedido*, no dia 13 de junho de 1876, assinada por “Argos”, o qual cobra dos ministros as obras públicas não realizadas de iluminação pública e de água potável, no Morro do Pinto. Enquanto as obras não se realizavam, reclamava ele, os impostos eram pagos sem nenhum retorno. Esperava ele que o imperador tomasse uma providência (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.2, 13 junho 1876). Em 1877, porém, o problema não havia sido resolvido: no dia 4 de janeiro, o pedido era reforçado, dessa vez sem assinatura, para que as águas chegassem aos moradores, que pagavam seus impostos, mas que nada recebiam (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.1, 4 janeiro 1877).

O imposto representava ainda um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Em relação à agricultura, no dia 22 de janeiro de 1876, houve um trecho sem assinatura no qual parabenizava os agricultores de Pernambuco. Dizia-se que o açúcar encontrava dificuldades de se desenvolver devido aos poucos equipamentos para cultivo e também aos impostos que deixavam o “nosso açúcar desacreditado e corrido das praças consumidoras” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.2, 22 janeiro 1876). Ainda nesse trecho, havia o desejo do corte do imposto de exportação, através de implementação de uma lei, mas que para ele as leis também seriam desacreditadas. Parabenizou os pernambucanos, pois fizeram do café seu grande motor, o que ele não diz, porém, se os impostos que incidiam para a produção e circulação dessa província eram menores ou iguais àquela.

Ainda no ramo do desenvolvimento econômico, no dia 29 de março do mesmo ano, o jornal traz o seguinte excerto:

“O Paulista de Taubaté diz constar-lhe que a câmara de Pindamonhangaba pretende lançar um imposto sobre a nascente navegação do Alto Parahyba, e pede-lhe que reconsidere este acto. Tem razão o Paulista. Os impostos nas empresas nascentes sufocam quando mais ellas precisam de proteção para se fixarem e desenvolverem.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 29 março 1876).

Embora os dois últimos casos não sejam do âmbito da corte, mas sim de províncias, são importantes, pois se pode perceber como o imposto é algo que

incomoda não só uma parte da população em relação a uma governança específica, mas uma queixa das governanças em geral.

Quando se lançou um imposto sobre as acomodações escolares, alguém que assina como Octaviano Hudson mandou em 1877, no dia 29 de janeiro, um texto intitulado *Os professores públicos*, atacando os ministros do império, sendo o imposto, ironicamente dizendo, um “bello incentivo a instrução pública do paiz, dado pelo muito incapaz ministro do império” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.3 29 janeiro 1877), pedindo a saída dele do cargo. O nome da princesa era lembrado nesse momento, pois assistiria a provas nos colégios públicos, mas do imperador não se citou.

1.4 – A virada da fúria: 1879-1880, quando o imposto foi ameaçado de morte

O ano de 1879, porém, foi o mais emblemático no recorte entre 1875 a 1880. Aconteceu no final desse ano uma revolta que tomou conta dos assuntos da cidade. A Revolta do Vintém ocorreu a partir da implementação de um imposto no valor de vinte réis, que serviria para aumentar a receita da Coroa e cobrir gastos.

Ronaldo Pereira de Jesus faz um panorama da revolta em seu artigo *A Revolta do Vintém e a crise da Monarquia*. Segundo o autor, o novo imposto já não era bem visto antes da sua implementação. No começo de dezembro de 1879 já se comentava da injustiça que o imposto seria, pois, como seria cobrado de forma igual, tanto de classes abastadas que fariam uso do bonde, como dos mais pobres, haveria uma desproporção, logo tornou-se impopular (JESUS, 2006, p. 75-76).

No dia 28 de dezembro, Lopes Trovão, um médico carioca com ambições políticas, liderou um aglomerado para um comício contra o novo imposto. Seguiram até o Palácio da Boa Vista para falar com o imperador, o qual não aceitou o diálogo num primeiro momento, barrando os manifestantes com força policial. Segundo a historiadora Sandra Lauderdale Graham, o imperador fez uso da imagem da força e amedrontamento para se esquivar de um debate público. Na concepção dos que estiveram a frente do movimento de contestação, o imperador só se distanciava e sua autoridade se enfraquecia (GRAHAM, 2011, p. 217).

No primeiro dia de 1880, houve o primeiro enfrentamento efetivo na cidade. Sob a voz de Trovão, outro grupo se juntou, de início, pacificamente. Se moveram até as ruas do Centro e começaram a depredação dos bondes:

“Em sinal de protesto contra a cobrança do vintém os manifestantes tomavam os bondes, espancavam os condutores, esfaqueavam os animais usados como força de tração, despedaçavam os carros, retiravam os trilhos e, com eles, arrancavam as calçadas. Em seguida, utilizando os destroços construía barricadas e passavam a responder à intimidação da polícia ‘com insultos, pedradas, garrafadas e até com tiros de revólver’.” (JESUS, 2006, p. 07)

Ao final desse dia, houve um total de três mortos, resultado da intensa truculência trocada entre manifestantes e as forças policiais. Graham lembra que na Revolta do Vintém, o grupo que participou dos comícios e do motim eram distintos. Enquanto os primeiros (do comício) aparentemente tinham suas vidas atingidas diretamente em relação ao novo imposto, os que depredaram não se encaixariam no perfil que utilizaria de forma contínua o bonde, portanto mais pobres, que não teriam condições de fazer uso desse transporte constantemente (GRAHAM, op. cit., p. 222).

A classe política, após o ocorrido, recuou na posição de apoiar o novo imposto. Antes defendiam. Embora, agora sem o apoio dos idealizadores dos protestos, eles se seguiram até que ao fim do dia 3 de janeiro de 1880 tudo se acabava. Os idealizadores, dentre eles Lopes Trovão, foram presos, mas conseguiram *habeas corpus* sendo liberados em seguida. O clamor para a suspensão do imposto do bonde continuou dias depois, porém não deixou de ser cobrado naquele instante.

No jornal *Gazeta de Notícias*, desde o começo do mês de dezembro de 1879, se falava sobre o imposto em primeira página. A coluna *Assunto do dia*, no dia 2 daquele mês, falava da odiosidade daquele novo imposto (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.1, 2 dezembro 1879). No dia 21, na mesma coluna, respondia-se ao *Diário Oficial*, o qual, segundo a *Gazeta de Notícias*, defendiam o novo imposto. Aquele teria dito que o periódico *Gazeta de Notícias* cometia uma injustiça com a opinião declarada sobre o imposto ser odioso (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 1, 21 dezembro 1879). A *Gazeta de Notícias* respondeu que eles não tinham opinião alguma e que na verdade refletem apenas o que a opinião pública reverberava. Aqui nesse ponto,

podemos resgatar o que Marinalva Barbosa dizia sobre ser o local da verdade. O jornal aqui se colou como imparcial, no entanto, é clara a defesa da ideia de que o imposto soou para os editores como negativo, como o termo odioso empregado, sem ressalvas. O debate político estava posto claramente.

Na mesma resposta de quase meia folha da primeira página do jornal, houve rebates de questões legais, mas que não vem ao caso. Além disso, havia em outras partes da página, citando o Sr. Lopes Trovão, o qual realizaria uma conferência falando sobre o imposto do vintém, bem como indicação de leitura de outro jornal que trazia uma matéria sobre o tema. Ainda na mesma edição, na coluna *Variedade*, na segunda página, assinada por Flaubert, o artigo trazia exclamações contra o imposto: “Não! Nunca! Isso é intolerável! Esse imposto grosseiro, impertinente, ridículo, sujo, sujo sobre tudo, que suja a mão de quem recebe [...]” (Ibidem, p.2). E, é claro, a publicidade não ficaria de fora da situação: o estabelecimento de música dos Srs. Narciso vendia “Polka Burlesco-Chula para piano” por dez tostões – que é mais caro que o vintém – mas em contrapartida valia a pena (Ibidem, p.5). O que chama atenção é como o tema ocupou o jornal: se não em lugar de destaque como na primeira página, esteve em vários lugares ao longo do jornal, colocando o tema em posição de grande importância e com recorrência.

Além disso, ao longo do mês sempre havia a expectativa sobre o início da cobrança, como se fossem pequenos lembretes, por exemplo: quando da cunhagem de mais moedas de vinte réis para facilitar o pagamento do imposto (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.2, 2 DEZEMBRO 1879) e quando a lei já estava pronta para ser implementada (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 dezembro 1879).

1.5 – Classe política, ideologia e impostos

É notável a atuação desse diário em meio às questões políticas. Sodré avalia o período – segunda metade do século XIX – como momento de agitações políticas. Não à toa que vozes como a de Lopes Trovão, que era um republicano, estavam presentes nos jornais: o clima político esquentava, à medida que novas vozes tomavam conta do poder da palavra (SODRÉ, op. cit., p. 231). A oposição ao regime de D. Pedro II assim ganhava corpo e meio de se comunicar.

E não era só Trovão que deu o que falar. Em 1875, na coluna *Publicações a pedidos*, um nome se fazia presente no início do jornal *Gazeta de Notícias*: Ganganelli – que se revelou como sendo Joaquim Saldanha Marinho – assinando artigos intitulados *A Igreja e o Estado*. Dentre os vários que apareceram no ano de 1875, o que mais chamou a atenção foi o do dia 19 de outubro.

Os artigos em si surgem não com o intuito de falar sobre os impostos, mas com a intenção de se debater sobre a Questão Religiosa e publicados em outro jornal, o *Jornal do Comércio* (DE ALMEIDA PINTO, 2016, p. 429). Jefferson de Almeida Pinto, em seu artigo, *Contra o mundo da desordem, a favor do mundo do governo: a aprovação da lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834*, explica a situação: a Igreja era subalterna ao Estado monárquico brasileiro, através do beneplácito, que é uma licença ao imperador para mandos dentro da Igreja no Brasil. Segundo o autor, alguns bispos do Pará e de Pernambuco teriam desrespeitado tal dispositivo constitucional, sendo condenados e presos. É então que Saldanha Marinho irá fazer da sua coluna um grande discurso de acusação do imperador e do sistema político do país, em especial, quando se dá a anistia a esses bispos (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.2, 30 setembro 1875).

O discurso empregado na coluna se baseava essencialmente em acusar o imperador de fragilizar a soberania nacional e de que o modelo imperial era falido. Vamos aos dias 27, 28 e 29 de outubro de 1875, da *Gazeta de Notícias*, que trazem em suas páginas a reprodução de um número das cartas de Saldanha Marinho. Diz como o imperador se torna um traidor:

“A última palavra do governo do Imperador é, portanto, em detrimento do grave preceito político da Constituição do Estado, isto é – o governo do Imperador, subserviente às exigências de Roma, desvirtuou o direito de beneplácito! (...) com isso proclamou o papa Rei do Brasil, e nulificou a soberania nacional!
Se, pois, o governo do Imperador não é de uma imbecilidade sem par, constituiu-se o destruidor do sistema, e é manifestamente TRAIADOR.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 27 outubro 1875)

Saldanha Marinho se refere ao Beneplácito Régio, o qual institui ao monarca a obrigação de aprovar ou não as ordens papais sobre o clero brasileiro. O autor dizia que o Imperador traía a nação, quando deixava o papa se sobrepôr às vontades do próprio imperador, ao acatar o pedido de anistia aos referidos bispos. Logo, o imperador teria se desfeito dos mecanismos que funcionam na Constituição

do Império do Brasil, como é o caso do Beneplácito Régio (CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL, 1824, Inciso XIV do art. 102) sendo, portanto, um destruidor da nação e de seu povo.

A construção dos ataques ao governo também passou pelo setor econômico: ao falar das contas do governo, Marinho entrou, finalmente, na questão da arrecadação de impostos (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 1875). Para ele, o governo construía-se de impostos, que pela centralização política, não eram repassados aos municípios, os quais achavam-se em descaso. Arrematando o assunto dos impostos que se abordou, essa poderia ser uma justificativa para as qualidades dos serviços públicos da cidade do Rio de Janeiro, o qual se tanto reclamou ao longo da década de 1870 no diário em questão? É possível, mas uma afirmação assim seria no mínimo precipitada, pois ainda faltam mais fontes que consolidem essa ideia. Isso, porém, era sim uma justificativa na visão de Saldanha Marinho.

As visões desse homem são liberais, e assim ele diz: “Assim, pois, é claro que uma vez dado o movimento que no campo religioso, e em relação a Igreja romana se tem operado ao Brasil, os efeitos políticos, a vitória das ideias liberais, os diretos do homem triunfarão infalivelmente.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 2, 29 outubro 1875)

Mas qual a origem desse movimento no Brasil? Costa e Schwarz trazem as contradições da presença dos liberais no Brasil. Costa destaca que os liberais faziam oposição, a partir da Regência, com os projetos abolicionistas. Detalha ainda quem eram os liberais na sociedade brasileira do século XIX: artesãos, pequenos comerciantes, com apoio de médicos, advogados, jornalistas, negros livres e libertos. Segundo a autora, as elites do poder agiam para conter os liberais, com a força da Guarda e do Exército, consolidando sua hegemonia. Por um período, houve certa disposição das elites em harmonizar as convergências políticas dos dois grupos de poder. Questões essenciais como escravidão foram sendo levadas adiante pelo revezamento de poder que se passou a ter entre liberais e conservadores (COSTA, 1999, p. 10-11).

No entanto, a autora ressalta a flexibilidade do modo de atuação de alguns que eram liberais no início de carreira e se tornaram conservadores. Dessa forma, os que poderiam fazer oposição eram cooptados pela elite: o clientelismo causou uma aparente pacificidade nacional, explica isso quando diz que “As lutas políticas

se definiram em termos de lutas de família e suas clientelas. A ética de favores prevalecia sobre a ética competitiva e o bem público confundia-se com os bens pessoais.” (Ibidem, p.12).

Grupos liberais que tomavam o poder, no contato com a realidade política, faziam perder seu caráter revolucionário, mantendo privilégios e concentração de poder. Isso é evidenciado, quando a historiadora diz que o liberalismo europeu não é o mesmo que o brasileiro, pois ele foi adequado às condições do país. (Ibidem, pp. 132-133).

Schwarz evidencia as contradições liberais do início do século XIX, como o apoio à escravidão e as relações de favores. Para ele, no Brasil havia uma “comédia ideológica” (SCHWARZ, 2000, p. 12). No que se refere às ideias liberais, ele diz que foram empregadas na independência – com a ideia de liberdade da nação –, na economia agrária e de comércio externo – prevendo o lucro –, mas se chocava com a escravidão.

Costa mostra ainda que a independência, aos olhos liberais brasileiros, representava a luta contra o sistema colonial e tudo aquilo que podia ser de prejudicial aos interesses econômicos, dando às máximas como “liberdade de expressão”, “soberania do povo”, etc, novas conotações. Essas conotações eram específicas aos interesses desses liberais brasileiros: “Lutar pela soberania do povo era lutar por um governo livre de ingerências estranhas, independente de favores e imposições arbitrárias da Coroa portuguesa. (...). A luta contra o absolutismo era, aqui, em primeiro lugar, luta contra o sistema colonial.” (COSTA, op, cit., p. 135)

Quando se tratava das liberdades pessoais, o liberalismo brasileiro entrou numa grande contradição: a instituição da escravidão, que se diziam combater, toleraram até o final do século XIX, mesmo estando no poder durante o Segundo Reinado em alguns momentos. Além disso, a escravidão também esbarrava na prática de produção que era prevista no liberalismo: a produtividade em menos tempo – na escravidão, exigir disciplina do escravo com o exercício da autoridade do senhor demandava tempo, logo, tinha-se uma produção com tempo dilatado e menos eficaz (CARDOSO, apud SCHWARZ, op. cit., p. 14).

Sendo assim, podemos perceber que o liberalismo alavancou num momento de mudanças de comando dessa região do mundo, o que ia se tornando o que conhecemos como Império do Brasil. Como mostra os autores, inspirado no

liberalismo europeu, o liberalismo brasileiro não privilegiava a liberdade do homem, mas os interesses econômicos os quais seus integrantes faziam parte.

Até meados de 1860, havia o que se chama de *Conciliação*: A partir do Período Regencial, até metade do século XIX, não se diferenciava os dois grupos de poderes (Liberais e Conservadores) no Império, pois as pautas eram as mesmas, quando um dos dois estava no poder, ocasionando as situações descritas anteriormente (COSTA, op. cit., p. 158).

Esse foi o histórico do início desse movimento. No entanto, quando se compreende a década de 1870, os fatos são outros. A partir da derrubada do governo liberal em 1868, que colocou os conservadores no poder, desencadeou-se uma crise política e o tom dos liberais mudou e passou para um totalmente reformista. Momento no qual insurgem os republicanos, que não diferiam dos liberais, a não ser pelo desejo da efetiva troca do sistema político – nem mesmo o fim da escravidão era um consenso entre os republicanos. Liberais e republicanos se confundiam em suas propostas que, basicamente, eram: “minar as estruturas de poder que sustentavam as oligarquias tradicionais, limitar a influência do governo no setor privado e incrementar a autonomia provincial.” (Ibidem, p.163).

Não à toa que nomes como o de José Lopes da Silva Trovão e Joaquim Saldanha Marinho estavam presentes no Manifesto Republicano de 1870. Homens que vieram a proclamar contra o imperador, em defesa do povo. Em resumo, o manifesto vinha criticar a usurpação de poder que a centralização política ocasionaria ao país – defesa da democracia e convocação de uma Assembleia Constituinte para implementação da República.

O manifesto nega que ao longo da história do Império houvesse democracia. À exemplo disso, a ânsia pela Constituição, quando na época da independência, foi ceifada, pois D. Pedro I dissolve a Assembleia Constituinte e outorga uma nova Constituição à revelia dos constituintes (MANIFESTO REPUBLICANO, 1870, p. 4). Segundo republicanos, embora o início do período da Regência fosse fator importante que marcaria a descentralização política através do próprio Ato Adicional de 1834 as federações, no Segundo Reinado a soberania nacional continuou substituída pela vontade de um homem, D. Pedro II.

1.6 – As vozes de aviso

Percebeu-se que aqueles que escreviam no jornal, pessoas fora da produção do jornal, estavam a par das funções da Coroa, como era o caso dos impostos incidentes no Município Neutro. Isso se põe a prova, quando caminharam até ao Palácio da Boa Vista para cobrar do Imperador o que achavam justo: a supressão do imposto do Vintém, em 1880. A população mais pobre também se inclui nisso, pois ela se fez agregar aos oradores que chamavam à marcha. Mas não só: se puseram a gritar suas vontades pelas ruas cariocas, da forma que fizessem ser vistos e ouvidos, nem que isso significasse morrer.

Foram das ideias contraditórias que surgiu o movimento liberal, o qual dá origem também ao movimento republicano. Mas as ações de Marinho e Trovão dizem respeito a outra fase de atuação, quando as ideias combativas conseguiam se consolidar em jornais também combativos, que traziam à baila o debate político e as contradições, como já citado anteriormente.

Conclui-se assim, que a classe política tentava se conectar aos anseios da população. Para isso, tentavam vender suas ideias aos que estavam insatisfeitos com os rumos da condução do zelo à cidade e ao povo. Insatisfeitos, pois não viam os impostos convertidos em bem-feitorias para o próprio povo.

Há uma compilação dos textos escritos na década de 1870 da coluna *A Igreja e o Estado*, com alguns dos textos que circularam na imprensa, a qual ultrapassa mais de 500 páginas, onde Saldanha Marinho se deu ao trabalho de mostrar o que para ele seria prejudicial ao país mantendo a monarquia, acreditando que salvaria a pátria da perturbação religiosa – obscurantismo. Pelo menos é isso o que deixa claro na carta *Ao Leitor* do livro (GANGANELLI, 1873, pp. 3-6). Já Trovão assinara o Manifesto Republicano e anos depois seria porta-voz contra a exploração do povo numa Revolta aparentemente malsucedida, mas que seria um passo importante para a vida política fluminense: segundo Graham, a partir da Revolta do Vintém, a política tomara as ruas e o modo de fazer política se transformou. Isso ecoaria ao longo dos anos (GRAHAM, op. cit., p. 231). Nisso, a imprensa esteve sempre presente, divulgando as ideias.

A imprensa, em especial a *Gazeta de Notícias*, naquele momento, reunia consigo um acervo de ataques ao Império e ao imperador. A Revolta do Vintém foi

um sintoma que pôde evidenciar uma queda de apreço pela monarquia. Naquele momento, não se sabia ao certo quando viria uma abolição, e mais, que na abolição a figura da Família Real seria pintada como redentora, caindo em graças populares. Mas, D. Pedro II era difundido na década de 1870 como alguém que não conseguiria mais levar monarquia adiante: o país já teria perdido sua compostura e só aguardava o fim do caos. Dizia Ganganelli (Saldanha Marinho): "Nem o Imperador, nem sua filha, terão força para reabilitar esse reinado" (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.2, 28 outubro 1875). A força da crítica dos republicanos à monarquia, como essa, dava sinais de que poderia ser o começo do fim de uma era. Vozes de aviso soavam pela corte.

Capítulo 2: Quem vem lá: o enfermo que ainda reina no Brasil livre.

Dado um primeiro momento analisado, que compreendeu a Revolta do Vintém em meio aos reclames de impostos na Corte Imperial do Brasil, podemos partir agora para mais um passo na nossa linha do tempo: o período da abolição da escravidão no país, em 1888. Esse é um momento de intensa agitação nacional, que colocou a população do país às ruas e motivou festas e vivas ao imperador, à Família Real e aos Abolicionistas.

Agora, neste capítulo, pretendo investigar como a abolição contribuiu para a popularidade ou a impopularidade da monarquia e do Imperador. Pretende-se ir além, colocando em pauta um novo ingrediente nessa pesquisa: a doença que acometia o imperador, que para a época já estava em uma idade avançada. A partir desses pontos podemos suscitar diversas perguntas: A assinatura da Lei Áurea pela Princesa Regente e não pelo próprio monarca teria tirado os louros de Vossa Majestade, o Imperador? Como o Imperador foi agraciado pela população? Ou ainda, seria a Abolição o primeiro passo para a futura República que se anunciaria pouco mais de um ano depois?

O período aqui selecionado vai dos primeiros dias de maio de 1888 até meados de agosto do mesmo ano. Isso porque em maio se assinou a Lei de Libertação dos Escravos, a Lei Áurea. Entretanto, D. Pedro II estava em viagem nesse período, sua terceira viagem ao exterior. Só no mês de agosto que os Imperadores iriam atracar no Rio de Janeiro. Com essas informações, partiremos para o seguinte esquema: analisar-se-á a movimentação de maio e suas vinculações com o monarca. Logo em seguida, guiando-se pelo tempo linear, ver-se-á os ecos da abolição nos mês seguinte, ao mesmo tempo em que se acompanha a situação de saúde do imperador na Europa durante esse tempo e, finalmente, seu retorno.

2.1 – A abolição

A lei foi aprovada e a abolição se realizou no dia 13 de maio de 1888. Schwarcz encara a abolição como algo que não era mais possível evitar, mostrando isso através de como o número de escravos caía com o passar dos anos: em 10

anos (1872-1882), o Rio de Janeiro tinha diminuído seu número de escravos em 100 mil. Na abolição, com uma população de 15 milhões, a lei libertou um total de 0,7 milhão apenas (SCHWARCZ, 1998, p. 973).

Ainda que houvesse sinais de uma rota já definida, de que a abolição certamente estaria chegando ao seu fim, os tidos como responsáveis por ela levariam as glórias para a casa. É o caso da Família Real e dos Abolicionistas. Mesmo antes da abolição, a Princesa Isabel e nomes como Joaquim Nabuco, Dantas, José do Patrocínio (todos abolicionistas) eram comemorados e de grande destaque. Vejamos o pronunciamento da Princesa na abertura da Assembleia Geral Legislativa, levado ao jornal no dia 4 de maio, na primeira página, logo na primeira coluna:

“[...] Muito antes da hora marcada oficialmente para esse ato solene, era extraordinária a aglomeração de povo em frente ao senado e nas imediações d’esse edifício, apresentando todo aquele local um belo aspecto.

[...] Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, que leu a seguinte fala com que abriu a 3ª sessão da 20ª legislatura da assembleia geral:

‘A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspirações aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários.’ (GAZETA DE NOTÍCIAS, 4 maio 1888, p. 1)

No pronunciamento, a Princesa colocou como necessária a eliminação da escravidão no Império. Ao passo que havia uma população do lado de fora querendo saber o que se passava do lado de dentro. Logo após sua fala, o jornal enfatiza a aclamação aos políticos Dantas, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, devido à dita vontade abolicionista dos populares que ali estavam presentes, após a fala da Princesa Isabel (GAZETA DE NOTÍCIAS, 4 maio 1888, p. 1). Fica claro, nessa situação, que as figuras dos abolicionistas e da Princesa andavam coladas uma a outra na construção do jornal.

Aqui cabe, entretanto, mencionar parte da já grande bibliografia sobre o tema da escravidão. Autores como Herbert Klein, John Monteiro, Stuart Schwartz, Sheila de Castro Faria, dentre muitos outros, discutem e mostram que a escravidão, as relações de pretos, índios e escravocratas era de atrito. Os escravizados não esperavam que um dia alguém, por uma providência daria a sonhada liberdade, mas lutavam por ela, resistiam à repressão. Eles são importantes para pensar a lógica do

tráfico negreiro, os movimentos dos trabalhos nos engenhos, as fugas, os assassinatos, enfim, as formas que se davam os enfrentamentos dessa relação desigual.

O que é importante esclarecer também são possíveis confusões, que nós do século XXI podemos fazer com os termos. Dessa forma: ser republicano ou monarquista, não implicava em ser abolicionista ou não, da mesma forma que não implicava um abolicionista ser do Liberal ou do Conservador. Mas enfatizo: ser republicano não era ser abolicionista. Isso porque no Partido Republicano, os grandes cafeicultores de São Paulo que usavam mão de obra escrava tinham grande peso (SOARES, 1993, p. 323).

Entretanto, podemos exemplificar um republicano abolicionista, tal como João Clapp: No texto *Abolição e republica*, da coluna *Publicações a Pedidos*, ele próprio fala sobre a sua votação para indicação na Confederação Abolicionista de um monarquista, sendo ele um republicano. Ocorreu que, em edição anterior, houve um texto sob o mesmo título que criticava sua postura, por sua conduta na votação, o que ocasionou sua expulsão do partido republicano rio-grandense. Clapp diz que a causa abolicionista é maior que a republicana e por isso havia indicado um monarquista para presidir a confederação. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 maio 1888, p. 2).

A dedicação à causa não era exclusividade dos grandes nomes, como Clapp. Era acompanhada pela população, fio a fio, conforme se desfiava a escravidão e se tecia a abolição. A coluna *Telegramas* é importante, pois através da comunicação com as várias partes do Império podemos verificar a repercussão do que se tratava na Corte sobre o então projeto de lei que ainda se encaminhava ao Congresso.

Mas, o que nos interessa é compreender qual a relação que se mantém entre a monarquia de D. Pedro II e os libertos, ver o grau de popularidade desse imperador. No dia 14 de maio de 1888, o texto da abolição, que tinha sido assinado pela Princesa Isabel no dia 13, estampava a primeira página da *Gazeta de Notícias*, transcrito na íntegra, ainda que breve, ocupava mais da metade da primeira página. Podemos, então, pensar os acontecimentos festivos a partir dessa data.

2.2 – Lá se vai a escravidão, quase se vai meu Imperador...

D. Pedro II estava em viagem, enquanto toda a discussão e festejos da abolição ocorriam. O Imperador previa a emancipação, porém as suas viagens pareciam colocá-lo como em rota de fuga desse tema, por isso tido como um imperador anêmico (SCHWARCZ, op. cit., p. 952). Mas essa aparência não se dava somente pela sua escapada à Europa, mas sim pelo motivo dessa viagem: o Imperador era um homem doente naquela altura da vida. Isso projetava sobre ele uma imagem de desconfiança, de incapacidade de governar.

Na *Gazeta de Notícias*, os telegramas sobre a saúde do monarca se misturavam às expectativas e depois aos festejos que ocorriam. As notícias sobre a situação crítica de saúde começaram a circular no dia 5 de maio de 1888, com a seguinte informação:

"Milão, 3. Sua Majestade o Imperador foi atacado ontem de um embaraço gástrico, acompanhado de ligeira febre. Sua majestade acha-se de cama, mas o seu estado não apresenta caráter algum de gravidade. Por esse motivo ficou adiada a partida para Paris." (GAZETA DE NOTÍCIAS, 5 maio 1888, p. 1)

Acontece que, na verdade, as informações que chegavam se confundiam umas com as outras, levando o leitor que acompanhava as notícias, inclusive quem as resgata atualmente, a não saber os reais motivos da piora da saúde de D. Pedro II. Os telegramas citavam a presença de febre, inflamação pulmonar (pleurisia) e o que era mais provável: complicações da diabetes.

Em seu artigo, a pesquisadora Marleide da Mota Gomes reflete um pouco mais sobre aquela situação. Analisando as notícias sobre o monarca, a neurologista especula que o Imperador sofria as consequências da “descompensação metabólica do diabetes.” Ainda citavam sobre um cansaço mental que acometia o Imperador, como exaustão ou excesso de trabalho. Pelo tratamento, Gomes avalia: “Há uma recomendação feita por Semmola de uma aplicação permanente de frio na testa e injeções hipodérmicas de cafeína em altas doses, como a única medida terapêuticamente capaz de fortalecer bulbo. Charcot chegou dias depois, em Milão, e concordou com o diagnóstico formulado e o tratamento aplicado ao Imperador”³ (GOMES, 2007, p. 1261).

³ Tradução livre feita a partir do artigo *The Decline of Dom Pedro II's Empire and Health - Neurophatogenic implications*, da pesquisadora e professora do Instituto de Neurologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicado originalmente na língua inglesa, na revista *Arq Neuropsiquiatr*.

Os nomes, Semmola e Charcot, citados por Gomes aparecem nos jornais de época. Eram amigos do Imperador e nomes da medicina europeia. Semmola foi um professor de medicina, o qual D. Pedro II teve contato com suas obras e fez questão de conhecê-lo, tornando-se amigos. Charcot era outro ilustre professor da França que sempre estava nas horas de emergência ao lado do nobre paciente. Mota Maia era outro médico, esse brasileiro, que acompanhava o Imperador na sua viagem, além de seu amigo, era Médico da Câmara Imperial.

Ao mesmo tempo em que a abolição ocorria, a saúde do Defensor Perpétuo do Brasil se estabilizava, parecendo que não corria riscos. No dia 14 de maio, um dia após a abolição, telegramas de Petrópolis, Milão e Londres dispunham sobre a saúde do imperador. Seu estado de saúde era de melhora, o que provocou animação na princesa, momentos após a assinatura da lei de abolição (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 maio, p. 3). A partir de então, a saúde do imperador foi melhorando e já não despertava preocupação nos médicos e acompanhantes.

No Rio de Janeiro, com a chegada da Princesa Regente houve grande alvoroço. Apresentou-se a ela a lei para ser assinada, que, segundo o relato, se encontrava muito emocionada, com os olhos cheios de água: “Seria hoje o dia mais feliz da minha vida, se meu extremoso pai não se achasse enfermo [...]’ As últimas palavras da augusta Regente foram abafadas por uma tempestade de aplausos” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 maio, p. 2). As festas pelas ruas da corte foram até tarde da noite, com música e muita gente. A Princesa Regente comunicou imediatamente por telegrama seu pai sobre a assinatura da lei e para todas as províncias. Porém, a notícia não foi repassada ao imperador, que somente três dias depois saberia.

Enquanto isso, as ruas da corte se encontravam em festa. O jornal ainda remontava detalhes: em meio à multidão que se encontrava nas ruas, colocou-se José do Patrocínio como o principal ator que tornou possível a conquista da abolição. Mas outras figuras sempre foram muito lembradas e saudadas, como foi o caso da própria Princesa.

No dia seguinte, 15 de maio, noticiou-se as festas pela rua do Ouvidor, que continuaram desde o dia anterior com música e muita gente, os ditos patriotas. Faziam-se referências aos abolicionistas em seus textos e sobre a importância dessas figuras. Em Petrópolis, a Princesa Isabel era muito cortejada pela população

e seu nome era gritado, como que em louvor e agradecimento. Situação semelhante em Recife e Niterói. Nesse dia, chegaram informações de diversas partes do Império, como de Fortaleza e São Luís. Um telegrama que chamo atenção especial é o que veio de Vitória:

“Victoria, 13. Nesta hora, 10-55 da noite, está havendo imponente festa popular; duas bandas de música, precedendo sociedades abolicionistas, formam brilhante préstito cívico. Casas iluminadas, discursos, vivas estrepitosos. José Patrocínio, Nabuco, Dantas, ministério, sempre saudados. Em frente à estação telegráfica os libertos pedem para telegrafar à Princesa, agradecendo a restituição da liberdade. Envia também notas de pesar pelo estado da saúde do Imperador.” (grifo meu) (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15 maio 1888, p.2)

Essa informação é importante, pois reafirma o que Schwarcz diz sobre a popularidade da monarquia: a abolição teria rendido louros à monarquia (SCHWARCZ, op. cit. p. 974). Vale notar, porém, que esses ditos louros não o eram recentes e aqui vale um adendo. A imagem que se construiu perante a alguns escravos sobre a monarquia brasileira era bem específica. Como Sant’Anna diz, “As imagens [...] eram aquelas que qualificavam o monarca como protetor, clemente, paternal, piedoso, generoso, benevolente, justo e simpático à causa dos escravos.” (SANT’ANNA, 2015, p. 174)

Não discordo de Schwarcz em relação ao aumento da popularidade, mas acrescento que em meio aos escravos e libertos isso tenha precedentes, como mostra Sant’Anna. Dessa forma, embora Isabel seja sempre evocada quando o assunto é abolição, D. Pedro II não é algo menor, pois se, embora naquela semana do clímax abolicionista ela seja a figura exaltada, a figura de seu pai sempre permeou o imaginário dos escravos pela suposta complacência que sua imagem carregava.

Um exemplo que a autora traz é o da escrava Ignacia Francisca Silvana, que em 1866 fez um requerimento ao Imperador pedindo para que seu pagamento realizado por sua alforria fosse efetivado e recebesse a carta de liberdade. Em sua análise, Sant’Anna diz que “[...] Passado seis meses, Ignacia cobrava algum despacho, para que lhe fosse entregue a sua liberdade, confiada na ‘Alta Clemência’, ‘infinita Bondade’, ‘retidão e justiça’, com que o monarca destinava ‘a todos os seus fiéis escravos.’” (SANT’ANNA, 2015, p. 162).

É um tanto contraditória essa relação, pois há um elemento não dito ainda aqui: a Família Real era uma família escravocrata, que mantinha cativos em suas fazendas e Ignacia era uma dessas pessoas cativas. Mas mesmo assim o era sinônimo de possibilidade de liberdade. Não podemos, porém, pensar que Ignacia ou outros escravizados, que poderiam ter na imagem de D. Pedro II uma salvação, fossem ingênuas. Ao contrário, e que ainda também não foi dito: o requerimento pela liberdade enviado ao imperador fora escrito enquanto Ignacia estava fugida e sua indenização foi calculada por ela própria e pelo padre que a resguardou, calculado pelo quanto acharam que valia. Nisso, temos indícios de uma autonomia de agir, de pensar e também de convencimento para obter aquilo que sempre quis: a liberdade.

De volta ao assunto da moléstia real, já de início da edição do dia 16 de maio de 1888 se destacava nas páginas do jornal o valor que a lei simbolizava para eles, de alto patriotismo, dita como revolução, na qual teria unido o país, não havendo vencedores nem vencidos. Tratou-se das movimentações e festejos pelas ruas cariocas, de pessoas saudando a abolição, os ditos patriotas abolicionistas e a Princesa Regente. Vários setores teriam participado das passeatas, como profissionais liberais, estudantes, ferroviários, políticos, etc. Junto a isso, diversos telegramas de todo o império e do exterior, dispendo sobre a abolição, por exemplo: na Argentina, no dia de quinta-feira iria ter uma passeata em homenagem ao Brasil, e as mensagens de dentro do Império em geral eram de autoridades saudando a abolição. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 maio 1888, pp. 1-3)

Um texto, no dia 16, na coluna *Publicações a Pedidos*, assinado por Cassio, sob o título de *A emancipação*, dizia sobre a grandeza dos ministros que agiram para a abolição, mas que naquele momento o que havia de importante também era o imperador, comparando sua grandeza a Marco Aurélio, a quem amava a liberdade, fez com que todos seus súditos fossem agora cidadãos, (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 maio 1888, p. 3). Portanto, reitero: D. Pedro II mantinha uma popularidade, mesmo estando distante dos acontecimentos. Nesse imaginário de festejos abolicionistas, o grande líder da nação reunia atributos de um homem memorável, mesmo sendo essa figura contraditória.

Do dia 13 ao 19 de maio, os telegramas ressaltavam o estado diabético do imperador, que pedia descanso, junto ao que chamaram de pleurisia. Foi tendo

melhoras, porém, no dia 22, acometeu-lhe um mal que colocavam o imperador já como desacreditado, quem não conseguiria sair daquele dia com vida.

Chegou-se então o dia 23 de maio de 1888. Ainda havia comemorações pelas cidades. Entretanto, o dia foi de choque entre a população. As informações sempre incertas. Houvera uma recaída e D. Pedro II estava até recebendo "os últimos sacramentos", como informava os telegramas de Milão e Petrópolis (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 maio 1888, p. 1). Havia uma sensação de inquietação, de querer saber sobre a saúde do imperador.

Os dias seguintes seriam de paralisia das comemorações, pois o Imperador estava em supostos últimos momentos de vida. Seria então motivo de grande tristeza, conforme se noticiava: chamo atenção para os telegramas das cidades de Vitória que dizia a cidade estar em "profundo sentimento", suspendendo a comemoração de "descobrimento" da província, além do telegrama de São Paulo, que suspendeu as comemorações da abolição em respeito ao imperador (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 maio 1888, p. 2). Em Fortaleza, suspenderam-se alguns festejos e bailes locais em respeito à saúde do imperador (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25 maio 1888, p. 2). No entanto, conforme se observou ao decorrer dos demais jornais, a saúde do imperador foi melhorando, com as aplicações de cafeína.

Ou seja, a saúde do imperador afetou profundamente a população. Não se pode afirmar que as comemorações foram totalmente e somente estancadas devido à saúde dele. Quero dizer, naturalmente que as comemorações iriam cessar devido ao tempo passado desde o dia da aprovação da lei. Sobre isso, observa-se, pelo jornal, qual tema estava e queria colocar em voga: chegou-se a criar a coluna *Abolição*, que se dedicou a falar tudo relacionado à lei e aos festejos, que a partir do dia 23 foi realocada para a segunda página. Já não mais num lugar de destaque da primeira. Entretanto, o mal-estar real, com certeza, influenciou em acalmar os ânimos populares.

2.3 – Os homens de cor monarquistas

O clima de paz instaurado nas ruas e que foi intensamente noticiado pelos jornais encobriu uma rusga que se tornava maior, porém nem tanto explícita para o momento: as novas relações de trabalho entre fazendeiros escravocratas e os novos

libertos. Surge nisso rivalidades entre senhores e governo, senhores e libertos, libertos e opositores da abolição. Como menciona Albuquerque:

“[...] o clima de paz em muitas reuniões abolicionistas foi ilusório. Poucos dias depois do 13 de maio de 1888, o Ministério da Justiça recebeu de diversas províncias comunicados e pedidos de ajudas para serenar os Ânímos, ou conter um ‘perigoso estado eufórico’. Era a euforia dos libertos, a insatisfação dos fazendeiros, as contendas entre ex-escravos e ex-senhores, as disputas entre liberais e conservadores a promover o que mais assusta os poderes públicos: a desordem.” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 95)

Além disso, a euforia festiva das ruas fez parecer que não houve uma alma que, no momento da abolição, fosse contra o ocorrido. Ledo engano. Isso porque na semana seguinte já começava a circular pela *Gazeta de Notícias* reclamações sobre a nova lei do dia 13. Dessa maneira, reafirmo o que Albuquerque declara, “[...] a evidente decadência da escravidão não significou uma transição isenta de contratemplos e conflitos sócio-raciais” (ALBUQUERQUE, op. cit., p. 96).

Para o texto da coluna *Cousas Políticas*, de Ferreira de Araújo, já no mês de junho, a abolição é vista com bons olhos. No entanto, os fazendeiros teriam ficado desamparados, com a abrupta mudança no regime de trabalho. Eles deveriam ser favorecidos, ao menos com a recompensa (indenização). O governo deveria mostrar que a abolição não seria danosa à produção e nem ao país:

"Abolindo a escravidão, a Princesa Regente e o ministro João Alfredo entraram pelo coração do povo, e firmaram uma popularidade como ainda ninguém teve neste país; agora devem completar a sua obra, contentando a parte da nação que se julgou prejudicada." (GAZETA DE NOTÍCIAS, 4 junho 1888, p. 1)

Na edição do dia 8 de junho, na coluna *Publicações a Pedidos*, o texto *Ao 9º distrito da província do Rio de Janeiro*, assinado por “Muitos Eleitores”, os autores apontam para uma lei de abolição mal feita, que levou ao prejuízo fazendeiros, feita às pressas, somente para receberem a glória, em especial a Regente. Poderia ela levar com calma, com gradual libertação, para que não houvesse prejuízos, e receberia ela as glórias da mesma forma, diziam. O que fizeram no texto foi tecer críticas ao governo para ao final justificar o apoio ao candidato republicano na eleição provincial, que era independente aos partidos que ainda apoiavam a "agonizante monarquia brasileira" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 8 junho 1888, p. 3).

Evidentemente, eram pessoas de oposição à monarquia, haja visto a defesa de um candidato republicano.

Ainda sobre, foi no dia 10 de junho, também na coluna de *Publicações a Pedidos*, em texto intitulado *Os lavradores e a República*, sem assinatura, no qual diz que o movimento republicano após a abolição crescia. Quem escreveu acreditava que a primeira reforma seria a abolição, como fora feito. Ela daria abertura para as próximas, dentre elas, seria a instauração da República. Seria ela possível com o apoio de lavradores (fazendeiros), outrora monarquistas, mas que depois da dita traição (abolição), podiam declarar "suas convicções íntimas", ou seja, republicanas. Se foram escravistas um dia, para esse republicano que escrevia, isso não tinha muita importância, afinal, "quem o não foi no Brasil?". Em sua visão, só o regime republicano manteria a ordem no país. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 junho 1888, p. 3).

É a partir de então, que grupos de libertos serão hostis ao republicanismo. A hostilidade contra republicanos era reflexo daquilo que eles próprios representariam: fazendeiros escravistas (SOARES, op. cit., p. 327). Uma figura importante que passa a figurar com a abolição foi a Guarda Negra. Seus membros eram monarquistas e agiam para defender o regime no país.

A origem desse movimento é controversa, e Soares mostra que a historiografia não tem uma explicação única para o seu surgimento. Seja ela uma forma de agradecimento ao Império pela abolição, seja ela fruto das tensões raciais e da militância negra no Império, ou ainda algo como continuidade de uma política do Partido Conservador (Ibidem, pp. 320-322), fato é que existiu e o que importa são as intenções para com o país.

A Guarda Negra fora uma ala armada e clandestina comandada por políticos ligados ao imperador para isolar e amedrontar os inimigos políticos, os republicanos. Tiveram a audácia de fazer com que Silva Jardim, um dos grandes nomes republicanos, fugisse de seu próprio comércio, ao gritarem "Morra, Silva Jardim!" (Ibidem, p. 331). Entretanto, as origens capoeira dessa Guarda Negra não permitiam que estivessem sempre sob o controle político conservador. Escapava às mãos dos dirigentes. (Ibidem, p. 333) Cito ainda o excerto de outro jornal carioca, *Novidades*, de 3 de janeiro de 1889:

“Somos uma corporação que preza a sua pátria e a quer elevar a altura que não deixaram atingir 300 anos de escravidão. O nosso fim não é levantar o homem de cor contra o branco, mas restituir ao homem de cor o direito que lhe foi roubado de intervir nos negócios públicos.” (NOVIDADES apud. SOARES, 1993, p. 333).

Resgatemos a essa altura a Revolta do Vintém, lá da virada de 1879 para 1880, tratada no capítulo anterior. Parece que as manifestações do início da década de 1880 se faziam valer ao seu final. Soares discorda de Graham, quando ele afirma que a política de rua não teria surgido somente com essa Revolta, assim como sugere Graham. Isso porque aspectos do movimento capoeirista já apontavam para isso anos anteriores, com disputas marcadas pelos capoeiras e o governo liberal (Ibidem, pp. 306-308).

Se fora iniciada com a Revolta do Vintém ou antes com os capoeiristas, isso não importa para esse trabalho. O que cabe aqui dizer é que a mesma política de rua, que se fazia presente naquela Revolta marcante, a Guarda Negra queria fazer valer logo após a abolição. Esse movimento pode evidenciar como um povo pode ter voz e ação.

É por isso que Chalhoub diz que não precisamos pensar, que os libertos sempre iriam servir a algum projeto da elite (ou monarquia, ou república), mas sim que tinham pensamentos e atitudes próprias que os caracterizam (CHALHOUB, 1988, pp. 86-87). Lembremos mais uma vez aqui: na História brasileira, as negras e os negros são vozes ativas, que buscaram pela liberdade, muito embora as tentativas de apagamento sempre fossem constantes. É obrigação, como historiadores, trazer à baila essas figuras, que têm vozes próprias, que já se foram e podem ser esquecidos.

Esse antagonismo entre libertos e republicanos será reflexo dos embates que a República irá inaugurar. Naquele momento, a monarquia ainda não tinha caído, mas quando a fora derrubada, a República logo trabalhou para lidar com a pedra no sapato que eram os capoeiras. Por enquanto, D. Pedro II e a Família Real lidavam com o pouco tempo que lhe restavam de governo, ainda que não soubessem disso, caídos nos braços populares.

2.4 – De festa em festa, o Imperador enche o papo?

E era isso que acontecia, ao menos pela longa descrição feita pela *Gazeta de Notícias*. A chegada do imperador da Europa, depois de mais de dois meses após a abolição, no dia 22 de agosto de 1888, foi descrita na primeira e segunda página do jornal. A organização da festa já estava presente nas páginas do jornal desde o mês anterior, evidente que a chegada iria ter sua grandiosidade estampada, de forma meticulosa.

Mas o que a *Gazeta de Notícias* chama atenção são duas coisas de início: primeiramente é como as ruas estavam agitadas com a chegada do Imperador, uma verdadeira nova festa que se fazia. Mas outro ponto importante era a saúde de quem estava por vir, mesmo que desde o fato da grande preocupação, se fazia dois meses. Diziam:

“O aspecto do Imperador tranquilizou quantos do grave incidente que sofreu em Milão, e das notícias raras e dúbias que de então para cá nos foram transmitidas. Está avelhantado, não gordo, mas tem boas cores; falta-lhe talvez um pouco de animação, de vivacidade [...]. A parte esta espécie de indiferença. Filha talvez da fraqueza que ainda lhe restava, repetimos: o aspecto do monarca é mais animador do que se esperava. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 agosto 1888, p. 1)

Essas constatações respondem a angústia da primeira página de dois dias antes, de 20 de agosto, que perguntava: “Como chegará o Imperador?”. Estava bem, é verdade. Mas a saúde política que dali se seguia, talvez não pudesse dizer o mesmo. Nós, do século XXI sabemos o que acontecera pouco mais de um ano depois. Enquanto isso, deixe que a monarquia curta sua população saudosa.

Capítulo 3: E o país enlouqueceu: “republicano por princípio e ‘não por ódio ao melhor monarca que poderiam ter”.

No dia 18 de maio de 1889, a *Gazeta de Notícias*, assim como ocorrera na Revolta do Vintém e na Abolição, descreveu alguns detalhes sobre o ocorrido. Tal acontecimento que me refiro agora ocorrera três dias antes, quando a monarquia sofrera um golpe, que tirou D. Pedro II do trono. Não só tirou o imperador como também o próprio trono, implementando a República. Enquanto a família real seguia para exílio, o ex-Imperador D. Pedro II perguntara ao militar que o guiara até o barco se ele estava louco, se os militares estavam loucos (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 1, 18 novembro 1889).

Mas que tristeza. A euforia do capítulo (ano) anterior se tornara uma grande decepção para a família real. Mas é importante entendermos, antes de mais nada, o que a historiografia discute sobre os processos que culminaram nisso. Emília Viotti da Costa será aqui retomada, pois sua compreensão é de uma Proclamação da República num viés macro, no qual as forças dominantes são enfraquecidas a partir da lógica econômica capitalista que se modernizava. Para ela:

“É menos importante para a compreensão da instalação da República do Brasil conhecer as inclinações pessoais do marechal Deodoro e de Benjamin Constant do que analisar as contradições existentes na sociedade que propiciaram a penetração das ideias republicanas em certos meios, conduzindo a Monarquia ao colapso e permitindo a alguns homens atuar contra ela.” (COSTA, 1999, p. 450)

O mundo se encontrava num processo de transformações. Maria Tereza de Chaves Mello dialoga com Costa, quando ambas percebem que a sociedade do Brasil monárquico mudava. Grupos enriquecidos do café colocavam a ordem monárquica em cheque, que segundo Mello tinham mentalidade capitalista urbana (MELLO, 2007, p. 16) e que Costa identifica como a produtores rurais de áreas modernizadas, que não usavam mão de obra escrava, mas sim assalariada, que investiam para expansão da produção, em contraste com escravocratas que eram estagnados, mas que eram um importante suporte para o trono brasileiro (COSTA, op. cit., p. 468).

Mas junto a isso, tínhamos setores que emergiam, tal como a própria classe mais pobre que desde a Revolta do Vintém se tornara um agente político importante:

“Outro fenômeno importante que ocorre na época é o desenvolvimento das camadas urbanas mais pobres. Não é por acaso que a propaganda política sai dos teatros e dos salões de banquete, onde se confinara, para as ruas. Os comícios realizados por Lopes Trovão em praça pública no Rio de Janeiro são significativos dessa transição.” (COSTA, op. cit., p. 467)

Ou seja, monta-se um cenário que torna o Brasil e sua sociedade muito complexos, a ponto de gerar contradições que no final do ano de 1889 estouram. Não era o Imperador, com sua idade avançada que conseguiria segurar a bomba. É comum pensar na perda do tripé da monarquia, que eram os militares, a Igreja e os fazendeiros. Entretanto, essas desavenças pontuais não são suficientes para explicarmos a República.

Buscar os fundamentos da Proclamação da República não é meu objetivo, assim como não foi na Abolição. Meu objetivo aqui é investigar como o apreço pela monarquia, no pós-abolição, não pôde evitar a implementação da República. Claro que os fundamentos que levaram à proclamação fazem parte da explicação, mas não devo me deter somente a eles.

A monarquia brasileira durou décadas e só foi possível graças a uma figura singular, que era de D. Pedro II. Lília Moritz Schwarcz aponta que mesmo capenga, a monarquia ainda tinha sua sobrevida graças ao imperador, que segundo ela,

“[...] a representação do imperador, embora um pouco fragilizada em razão de seu estado físico, era mais forte do que o regime, e [...] era sua própria presença que parecia segurar um sistema político isolado e enfraquecido” (SCHWARCZ, 1998, p. 1023).

A partir dessa afirmação podemos fazer duas outras. A primeira que D. Pedro II era um homem com muita influência política, capaz de sustentar o regime político então vigente. E a segunda é de que era tão popular que, mesmo fraco, ainda fazia com que a monarquia vigorasse.

A primeira afirmação se mostra contraditória. Mello e Costa têm ideias um pouco distantes. Enquanto a última diz que embora o Imperador sempre foi alvo de ataques, quando da sua prerrogativa legal de intervenção nos demais poderes (sendo ele o Poder Moderador), mas nunca o teria usado efetivamente, pois sempre esteve atrelado às vontades de oligarquias políticas (COSTA, op. cit., pp. 461-462). Esse argumento se baseia na sua visão historiográfica, na qual, ao olhar numa

estrutura macro, viu que as ordens oligárquicas de poder superavam e até mesmo ditavam o ritmo do país.

Entretanto, não podemos negar que a imagem do imperador era central e que podia ter certas ações controladoras e Mello aponta para a grande influência do imperador em vários setores da sociedade brasileira, como política, administração e cultura, como entrega de cargos públicos, condecorações e o próprio regime administrativo do Império, que era pautado na pouca autonomia provincial (MELLO, op. cit., p. 160-169).

Na segunda afirmação será necessário buscar fontes para verificação de tal popularidade (não que a primeira não precisasse, mas, de fato, não é nosso objeto de pesquisa). Pensaremos a popularidade de D. Pedro II neste capítulo não ao longo do governo, mas no fatídico dia do golpe de 15 de novembro de 1889.

O jornal quinzenal *O Mequetrefe*⁴, após a Proclamação, dedica 4 páginas, das suas 7, para articular sobre o tema. Vamos a sua análise. A primeira, a última e a página do meio, que é a página 4, eram tradicionalmente dedicadas às ilustrações e elas são a alma do jornal. Duas das três ilustrações foram dedicadas claramente ao dia 15 de novembro. Sua crônica, e artigos ao longo do jornal também.

Não era para menos. Aristeu Lopes mostra que esse jornal sempre foi entusiasta da República desde seu nascedouro em 1875. Desse ano até a República, a temática foi sendo cada vez mais bem definida como parte do jornal, o que Lopes diz ser um posicionamento mais nítido de propagandista de um novo regime (LOPES, 2011, p. 15). E é interessante perceber como o jornal vai abordar o tema nas suas ilustrações.

A capa da edição 486 da segunda metade do mês de novembro traz um indígena usando o barrete-frígio (símbolo da república) no qual recebe uma coroa de flores do personagem que representava o jornal (o Mequetrefe). O índio representava a esperança num mundo novo, republicano, que apareceu no jornal pela primeira vez em 1879. Naquele ano de 1879 o indígena aparecia em ascensão em relação a figuras políticas da monarquia, inclusive D. Pedro II, numa posição de subserviência àquela figura que se elevava admirada pelos anjos. Analisa Lopes:

⁴ O jornal *O Mequetrefe* foi escolhido, pois, ao longo de sua existência, reuniu diversos artistas de peso, como é o caso de Olavo Bilac. Além disso, foi um forte propagandista da República. Logo, sendo um importante jornal no meio intelectual carioca e por seu posicionamento bem definido, se faz útil.

“A ilustração do periódico fazia referência a uma possível instalação de uma República no Brasil, que se inspirasse na independência norte-americana; a legenda, além de assegurar esse modelo, anunciava o tom premonitório dos desenhos: “Daqui há anos ele, como novo Cristo, ressurgirá dos mortos e subirá até a altura dos Estados Unidos e trabalhará para a unificação dos povos, pela remissão da miséria, pelo trabalho e extinção da ignorância pela instrução” (LOPES, 2011, p. 11)

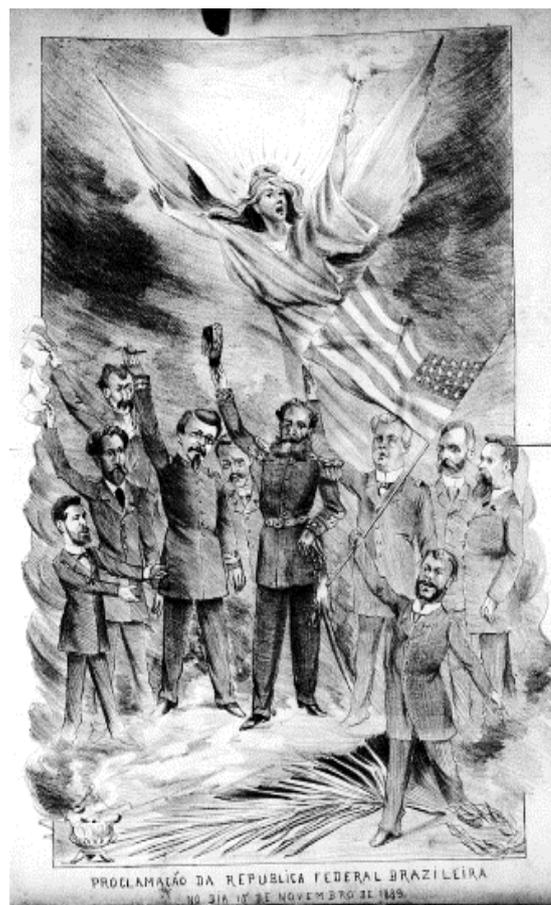
Figura 2– Ilustração da capa da edição 486 d'O Mequetrefe.



Legenda: Deposito em tua cabeça a grinalda da vitória.

Fonte: O Mequetrefe, Rio de Janeiro, nº486, p.1, novembro de 1889. Acervo: Hemeroteca Digital

Figura 1 – Ilustração da página 4 da edição 486 d'O Mequetrefe.



Legenda: Proclamação da República Federal brasileira. 15 de novembro de 1889

Fonte: O Mequetrefe, Rio de Janeiro, nº486, p.1, novembro de 1889. Acervo: Hemeroteca Digital

Ressuscitar essa figura indígena no momento pós-proclamação da república é anunciar o triunfo de suas ideias. D. Pedro II que lá atrás estava aos pés, agora nem mais aparece. Para o jornal, sua glória, junto a do indígena republicano, ilustrados na capa, estava completa. Saudavam os nomes da república na ilustração da página 4, com seus rostos desenhados, a bandeira republicana (inspirada nos

Estados Unidos) com uma alegoria feminina sobre todos. Esses homens representados não estavam aos pés da república, mas em posições altivas, pois recebiam a bênção que vinha do alto. Mas, pouparam críticas ao imperador. Anunciavam sempre a República,

“Mas as nossas palavras não tinham valor, nem o cunho de verdade, perante o ex-presidente do conselho de ministros de Sua Majestade o imperador, que a esta hora, sulcando as águas em demanda de regiões europeias, vai cumprir a sentença do desterro, como o prêmio ganho na corrida da mais torpe politicagem a que fomos obrigados assistir, durante mais de meio século, como observadores mudos, sem ao menos, termos o direito de aspirar o progresso da nossa pátria [...]” (O MEQUETREFE, p. 5, novembro 1889)

O regime estava em cheque, evidente por essas palavras, entretanto quando toca-se na imagem de D. Pedro II há, inclusive, o cuidado por usar o pronome de tratamento correto de “Sua majestade o imperador”. Em outro artigo, intitulado *Revolução brasileira*, assinado por A.V., a monarquia é associada aos piores predicativos possíveis, mas na construção feita pelo articulador, o imperador exilado se esquivava de tais adjetivos:

“Desde que Pedro I pronunciou o fatal *fico*, o progresso do Brasil paralisado, não dava um passo por ano, agrilhado fortemente na indiferença dos homens de estado, corruptos, devassos no primeiro reinado como o próprio imperador [D. Pedro I]” (O MEQUETREFE, p. 6, novembro de 1889)

O *Mequetrefe* tinha uma posição de contundente ataque à monarquia, entretanto sua construção de artigos aponta para críticas, nesse momento de proclamação, para o regime monárquico em si, acabando por desvincular o nome de D. Pedro II, diferente como fez o articulista do jornal ao se lembrar de D. Pedro I, o pai.

Tal posicionamento é muito parecido em outros jornais. A *Gazeta de Notícias* tem uma posição interessante. O jornal chama atenção para a suposta aceitação da população com o novo regime, usando adjetivos como “extraordinário movimento” no dia 16 de novembro e “data gloriosa” na coluna *Cousas Políticas*, no dia 18.

Mas o que atraiu meus olhos foi a atenção especial ao dedicar, na edição do dia 16, sobre o tratamento dado à família real. Dizia o jornal:

“Ninguém pensa, de certo, em magoar um homem, prematuramente envelhecido no serviço público, que pode ter incorrido em erros, mas teve sempre muito amor à terra da pátria; nem a santa senhora que pelas virtudes mereceu o nome de mãe dos brasileiros; nem à princesa que há pouco mais de um ano foi vitoriosa pelo povo, como redentora dos escravos; não se pensa de certo, em trazer violência a quem quer que seja, porque o Imperador, o conde d’Eu em sua excursão ao norte, o próprio governo deposto; disseram sempre que estava a fazer a vontade do povo. Ora, a vontade do povo parece ter-se manifestado ontem de modo a não deixar dúvidas.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 1, 16 novembro 1889)

D. Pedro II, ao longo de sua vida fora sempre uma pessoa contraditória, contra a escravidão, mas tendo escravos, se dizendo liberal, mas acumulando o poder moderador, assim por diante. Em si, o jornal continha um caráter liberal e de apreço pela república. Embora diferente no tratamento como o d’O *Mequetrefe*, sendo mais contido. As contradições do imperador pareciam agora desvanecer, e as críticas à sua figura se transformavam numa espécie de compaixão, tendo as qualidades de sua pessoa em destaque. Parecia o país ficar órfão de seu pai, mãe e irmãos, mas que para o jornal parecia necessário, posto que a causa republicana era maior. O sentimento de bem-querer ao Imperador não pôde segurá-lo no trono.

Maria Tereza Mello mostra que a figura de D. Pedro II tinha certa popularidade também entre os que golpearam a monarquia. Para ela, a figura de D. Pedro II continuava a ser popular. Julgo inusitado e até hilário o seguinte trecho que ela diz:

“Houve mesmo situações insólitas, como aquela de Felício dos Santos ser acusado por Rui Barbosa de ‘republicano imperialista’ devido à sua admiração por D. Pedro . Ao que aquele retrucou explicando que era republicano por princípio e ‘não por ódio ao melhor monarca que poderiam ter’” (grifo meu) (MELLO, op. cit., P. 185).

Entretanto, a popularidade do imperador não era unânime, como Mello evidencia com Silva Jardim, que o qualifica dos piores nomes possíveis. E ainda diz de uma popularidade forçada. Para a autora, “[...] é significativo que tenha taxado a popularidade de D. Pedro de ‘usurpadora e passageira’, o que significa que a reconhecia.” (Ibidem, p. 189)

Ora, evidente que Silva Jardim, fervoroso republicano teceria críticas ao imperador. A desconstrução de sua imagem fazia parte do projeto republicano. Embora muitos se mostrem como Felício dos Santos, Silva Jardim irá se opor ferozmente ao monarca. Mas independentemente de o monarca ser ou não popular,

fato é que a monarquia foi minada. Para Emília Viotti da Costa, a propaganda republicana foi grande, muitos jornais, como é o caso dos dois aqui tratados neste capítulo, compraram e venderam a ideia republicana. É por isso que temos tal afirmação: “A propaganda que se desenvolveu a partir de 1870 [data do Manifesto Republicano] contribuiu para solapar as bases do sistema monárquico e preparar a nação para aceitar tranquila a forma republicana de governo” (COSTA, op. cit., p. 482). Aparentemente, os republicanos conseguiram: tranquilidade no golpe. Ia o imperador pelas águas do Atlântico ser tranquilo na Europa. Falece em 1891 na França.

Capítulo 4: Memória, demasiado humano.

“[...] verdadeiras lembranças devem proceder e informativamente muito menos do que indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas. A rigor, épica e rapsodicamente, uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente.”

Walter Benjamin

Partiremos agora para nosso último momento de análise: a memória relativa a D. Pedro II. Último, porém, não menos importante. Para começar o nosso fim vou contar uma breve história muito interessante. O conto⁵ é do escritor argentino Jorge Luis Borges, que será narrado brevemente por mim. Para o desavisado, digo de antemão que não o tratarei como fonte histórica – embora possa para um historiador sê-la –, mas sim um mote para o assunto que faço surgir.

No interior do Uruguai vivia um jovem, chamado Ireneo Funes. Era conhecido por sua habilidade de saber a hora exata, sem nem precisar olhar para o sol, quem dirá para um relógio. Já tinha lá, portanto, suas peculiaridades. Acontece que, um dia sofreu uma queda. A partir de então, Funes desenvolveu uma incrível habilidade de tudo se lembrar:

“Ao cair, perdeu o conhecimento; quando o recobrou, o presente era quase intolerável de tão rico e tão nítido, e também as memórias mais antigas e mais triviais. Pouco depois averiguou que estava paralítico. Fato pouco o interessou. Pensou (sentiu) que a imobilidade era um preço mínimo. Agora a sua percepção e sua memória eram infalíveis.” (grifo meu) (BORGES, s/d, p. 1)

Que habilidade! Posso citar algumas de suas infinitas memórias. Lembrava-se de como falar latim, português, francês e o inglês, pois tinha lido manuais. Lembrava-se do formato das nuvens num determinado dia de tal ano, de toda a

⁵ BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. [S.l.: s.n.] [1944].

biografia dos grandes nomes da História, lembrava-se de quando se lembrava. Lembrava, lembrava e lembrava. Entretanto, Funes não podia andar, e fez com que escolhesse viver recluso num quarto, sem contato com ninguém. Funes faleceu aos 21 anos, em 1889, de congestão pulmonar.

4.1 – Aqueles que debatem.

A memória é concebida por Maurice Halbwachs como algo coletivo. Ou seja, o grupo no qual se está inserido tem poder de influência diretamente no indivíduo. O autor diz que o ser humano carrega consigo pessoas com as quais ele se relaciona socialmente (HALBWACHS, 1990. p.26). Assim, as memórias só podem ser reafirmadas, quando se tem um grupo social, por menor que seja, que as comungam.

Partindo dessa premissa podemos pensar o porquê de Funes morrer tão cedo. Ora, sua congestão pulmonar é resultado de um afogamento. Que fora provocado por ter consigo, em tão tenra idade, infinitas memórias. O caso de Funes se torna doentio, pois seu organismo entra num colapso de tudo lembrar e nada esquecer. Para um ser humano saudável, o esquecimento faz parte do organismo, e, como vemos, não é o caso de Funes.

Poderia ele ler sobre a vida inteira de um Imperador (D. Pedro II, quem sabe) e saber de todos os detalhes dessa história. Funes não precisava ter visto e convivido com um Imperador romano, japonês ou brasileiro. Porém, era preciso que essas imagens, que chamamos de lembranças, para sê-la como tal precisassem afetar o seu ser e que fizessem sentido para a sua vida. O sociólogo francês chama isso de “germe” ou então “semente de rememoração”. Halbwachs ainda diz:

“Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade.” (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Dessa maneira, afirmo que Funes não tinha senão imagens formadas, que não faziam sentido para sua vida. E digo mais: seu isolamento social não permitia

que tais imagens fizessem sentido, admitindo que memórias são coletivas, compartilhadas pelo grupo social de convívio. Funes então não tinha memórias? Não é isso. Ocorre que, na convivência em grupo, a memória age de modo que selecione aquilo que socialmente faça o grupo sê-lo um. Afinal, um grupo parte da premissa de que compartilham algo em comum.

Portanto, tendo em vista que a memória é uma construção coletiva e seletiva, que colabora para a coesão (cultural, identitária, etc.) de um grupo e o impulsiona à ação, percorro agora outras fontes históricas que nos permitem perceber como diferentes grupos sociais resignificavam nas práticas de memória a imagem de D. Pedro II. Quero mostrar que aqueles da República do Brasil do final do século XIX não eram Funes memoriosos, mas que tinham suas memórias muito bem selecionadas, ou melhor, compartilhadas. Claro, quero falar sobre nosso objeto de estudo: D. Pedro II, mas agora pensá-lo como memória.

Se faz necessário citar Pierre Nora. O historiador francês defende o que ele chama de “fim das sociedades-memória” (NORA, 1993, p. 8). Isso significa que houve uma grande mudança de mundo, provocada por um aceleração. Sobre isso, Reinhart Koselleck já muito escreveu, e seria o que esse chama simplesmente de modernidade⁶, mas que não me cabe aqui desenvolver tal ideia.

Nora indica que a urbanização, a industrialização e a mundialização mudaram a percepção histórica. Enquanto as sociedades foram um dia carregadas de memória (sociedade-memória), agora as são carregadas de história. A partir disso, traçou-se diferenças entre ambas. Posso citar algumas: enquanto a memória faz do passado um momento no presente (pois o resgata no agora), havendo então, segundo o autor, uma noção de continuidade, a história aponta para rupturas, pois faz do passado aquilo que o atual não é mais, e continua: “A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica.” (NORA, 1993, p.9).

É por isso que o historiador diz que a memória se transformou em história. Mas entendamos. Há nisso um sentido de ruptura, como já dito. Quero dizer, algo só é lembrado porque a sociedade que lembra não é mais aquilo que tal memória resguarda. Por isso arquivos, museus, marcos zero, etc, os chamados lugares de

⁶ Cf. KOSSELECK, Reinhert. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 1979.

memória. Para o autor, os lugares de memória são locais criados, não são naturais, visto que são histórias (NORA, 1993, p.13).

É então que a historiadora Jacy Seixas critica Nora. Os lugares de memória não são lugares de passado, muito pelo contrário: estão em diálogo constante com o atual, por isso mesmo são lugares de memória, faz sentido para a sociedade que os comportam. Além disso, para ela, a memória não pode ser cativa da história. Isso porque a memória tem sua própria linguagem. E quando tocamos nisso estamos falando de

“[...] aspectos até agora pouco considerados [pela História]: a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas, sociais e políticas; a função criativa inscrita na memória de atualização do passado lançando-se em direção a um futuro, que se reinveste dessa forma de toda carga afetiva atribuída comumente às utopias e aos mitos.” (SEIXAS, 2001, p.44)

Seixas não deixa de indicar que uma sociedade, ao eleger memórias para si, estão se relacionando com seu passado, de modo que são reflexos de suas atuações políticas e disputas no presente. Para ela é importante pensar, assim como Nora, que a materialidade da memória, ou seja, os lugares de memória podem ser manipulados, uma vez que fazem parte da memória voluntária. Ou seja, essa que se apresenta como voluntária, não é natural, mas sim forjada, que pode atender aos interesses políticos (SEIXAS, 2001, p.41).

Entretanto, é também preciso pensar numa memória em sua própria forma, como dito anteriormente, sendo ela involuntária que é despertada pelos sentidos, que foge do controle, instável por natureza, em um vai e vem mental, mas que está intrinsicamente ligada “[...] com o estudo dos mitos, das sensibilidades e paixões políticas, da imaginação e do imaginário na história” (SEIXAS, 2001, p.48). O objetivo aqui é buscar sinais dessas relações apresentadas, das memórias voluntária e involuntária, que a imprensa brasileira podia estabelecer sobre a figura de D. Pedro II.

4.2 – Aqueles que lembram.

Morrer é uma etapa da vida, natural a todos os seres vivos. Porém, por ser um momento carregado de emoções para os que ficam, faz com que as lembranças viajem nas sinapses de nossas mentes. Lembrar de um almoço com aquela pessoa

muito amada que se foi, ou então do cheiro de seu perfume que se sentia no abraço apertado. Entretanto, quando essa pessoa era alguém em evidência, o que fica são seus feitos ou as qualidades em sua personalidade, geralmente as marcantes. Com D. Pedro II não seria diferente. No dia de sua morte, a *Gazeta de Notícias* estampou em sua capa todos os detalhes sobre o ocorrido, durante 11 dias seguidos, do dia 6 ao dia 17, sempre na primeira página.

A relação de memória e a imagem de D. Pedro II, a partir da imprensa, só pode ser evidenciada, quando olharmos para o contexto dessas escritas. A partir de então é que podemos esboçar alguma resposta. A República instaurada a pouco mais de um ano precisava garantir a legitimidade para domar as rédeas de um grande país. Entretanto, não era o que se mostrava.

O novo regime era um palco de disputa de poderes. O presidente Deodoro da Fonseca e seu vice Floriano Peixoto representavam alas diferentes entre si. Boris Fausto aponta para grupos que rivalizavam. Primeiramente, na tomada de poder pelo Exército na figura do Marechal Deodoro, no qual houvera certa antipatia da Marinha, mais adepta à monarquia. Depois, na própria definição política do comando republicano. Enquanto o presidente não era um positivista fervoroso, seu vice os representava (FAUSTO, 1995, p. 246). Se internamente havia uma disputa, pelo país não seria diferente. A República veio representando grande incerteza, resultado das divergências sobre comando desse novo regime.

Em pouco mais de dois anos, já tínhamos um presidente (Deodoro) que renunciara, um estado, o Rio Grande do Sul, que entre 1889 e 1893 teve 17 chefes de governo (Ibidem, p. 255), uma crise econômica que em 1891 batia à porta pelas mãos de Rui Barbosa e uma população quase que por completa analfabeta. Era esse o Brasil.

Uma possível saída para toda essa crise era se legitimar no discurso. A imprensa republicana desempenharia um papel fundamental nisso, uma vez que as convicções poderiam fazê-los acreditar num futuro próspero, em detrimento de um passado monárquico corrupto e ineficaz.

Carolina Vianna Dantas mostra-nos que houve uma reorganização no calendário comemorativo nacional e novos eleitos como heróis do país. Essas demarcações eram importantes para se ter um controle do então presente, a partir

do passado, tendo em vista um projeto de futuro. Mas vai além do que apenas manipular maquiavelmente o passado:

[...] o trabalho da narrativa histórica está fundamentalmente voltado para o controle, para a ordenação e para uma domesticação das experiências vividas. Essas por sua vez, são marcadas pelas paixões e sentimentos, cuja essência pode se mostrar desorganizadora.” (DANTAS, 2007, P. 106)

Ou seja, era preciso que agora a legitimidade da República se constituísse a partir de um jogo com o passado. A morte de D. Pedro II, homem que esteve a frente de um tempo passado a ser desconstruído naquele presente, é um momento fundamental para pensar o discurso que se pretendia mexer com a memória da nação.

A *Gazeta de Notícias*, do dia 6 de dezembro de 1891, trazia em sua capa um desenho do busto do ex-imperador. Dedicou-se a primeira página inteira para tratar

Figura 3 – Capa da *Gazeta de Notícias* anunciando a morte de D. Pedro II.



Fonte: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, nº340, p.1, 6 novembro de 1891. Acervo: Hemeroteca Digital.

da personalidade brasileira exilada na França que falecera dia 5 de dezembro de 1891.

A capa em questão é uma excepcionalidade. Temas importantes evidentemente estariam na primeira página do jornal, porém ocupar página inteira, como nessa ocasião, são para situações muito específicas, tal qual da abolição. Isso, portanto, ressalta a importância que D. Pedro II ainda exercia na sua terra natal. Não era para menos, afinal, foram décadas à frente do país.

O periódico traz consigo um tom de pesar do falecimento, ao mesmo tempo certo orgulho para com a imagem de D. Pedro II, no qual se diz:

"[...] mesmo longe de nós, nas terras frias, inhóspitas para os filhos dos trópicos, foi ele o nosso defensor, pela dignidade com que se houve, pela serenidade com que encarou os acontecimentos [suponho que se refira à República], pela majestade com que defrontou as desgraças que o flagelavam, pela confiança que nunca o abandonou, de ver o povo que encarnara digno da América que pertencia." (grifo meu) (GAZETA DE NOTÍCIAS, p.1, 6 dezembro 1891)

Chamo atenção ainda para as partes que o texto leva em conta a erudição do ex-imperador. Quando garoto sempre fora incentivado e tomava para si o gosto pelos estudos, como aprender outras línguas. Ou seja, atenção para como D. Pedro fora um homem muito bem educado. Para reforçar o discurso, usa os escritos do príncipe da Prússia no qual diz "Que felicidade para este belo país ser governado por quem conhece tão perfeitamente os deveres de sua posição, e tão seriamente deseja fazer a felicidade do seu povo!" (Ibidem).

Além disso, discorre sobre os grandes momentos que o imperador esteve à frente, e o que o jornal considera ter sido a grande função da monarquia ao país: unificação e liberdade dos escravos. Mas ao final reitera a posição republicana:

"Estava terminada a obra de D. Pedro a da monarquia: o Brasil unido e sem escravos.

Não falaremos da revolução que o derrubou. Houve o dia 15 de novembro que todos conhecem, e o que só a história conhecerá [...]. Mas quem comparar o que se dava nos tempos em que seu espírito claro e sua consciência moram dominavam a situação, com o que se viu depois, há de dizer que o [navio] *Alagoas* não levou só para a Europa os membros de uma família e os representantes de uma instituição, que aliás já não tinha razão de ser, e até onde pôde alcançar a previdência humana, nunca mais brotará entre nós." (grifo meu) (Ibidem)

A partir de então, a coluna criada chamada *D. Pedro de Alcântara* tinha por função falar sobre a morte e os detalhes que se sucediam sobre o seu saudoso ex-governante. Pelas descrições é possível termos noção de como tinha sido. Trago aqui algumas passagens. Chama-me atenção dois momentos que o jornal diz haver muita gente para o velório de D. Pedro. Eram visitas oficiais de outros representantes de casas reais, mas também dizia muitas pessoas se aglomeraram no hotel, onde morrera o ilustre falecido e onde se fazia o velório, para vê-lo. Dizia: "Notavam-se a burguesia, sobretudo professores, grande número de brasileiros que residem modestamente em Paris e mesmo pretos e pretas que por meio de soluços manifestavam o seu pesar" (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 1, 8 dezembro 1891).

Seguindo os passos de Nora o jornal é material, uma vez que as memórias sobre os feitos de D. Pedro ocupam um lugar, nas escritas do jornal; é funcional, pois assim o exemplo por ele usado, serve para cristalização da lembrança e suas transmissão⁷, a qual fica estampada no periódico; e simbólica pois vem de certa forma representar a alguém, no caso D. Pedro II. Estando as três características (material, funcional e simbólica) na página de jornal que trata da perda e do indivíduo, torna-se um lugar de memória, tal qual Nora aborda.

O momento era de tristeza. Por mais que D. Pedro II representasse algo que não se aprovava (a monarquia), o respeito pelo indivíduo em si ainda permanecera. Temos nisso então emoções agindo para a construção do material que se faz estampado em papel. Parece, entretanto, uma via de mão dupla: emoções agindo naturalmente, na própria forma da memória, ao passo que se pretende também transmitir determinadas imagens aqueles que lerão o jornal, ou seja, imagens forjadas.

Por não ser natural, ser construída, é produto de uma manipulação humana. É importante observar que ainda o ex-imperador é retratado como um grande homem e que teria cumprido sua missão como governante (união e abolição). Isso é parte das convicções políticas republicanas específicas do jornal, que apontou para uma consolidação de país importante no decorrer na monarquia, mas que era agora passado, menor que a grande República que vigorava.

⁷ Pierre Nora exemplifica como as três características dos lugares de memória estão presentes no ato de um minuto de silêncio: "É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou". (NORA, Pierre, 1993, p.22)

É por isso que é possível observar a construção de dois homens em um indivíduo. Um é D. Pedro II, o imperador, o político. O outro é D. Pedro de Alcântara, o cidadão brasileiro morto longe de sua terra. Dantas, ao pesquisar sobre os heróis que foram escolhidos pelos intelectuais⁸ para ter a cara da nova fase da nação, observou o tratamento do discurso republicano à monarquia:

“As versões construídas sobre a Monarquia tiveram sensíveis nuances dentro dos próprios periódicos. A *Kosmos* acolher tanto os textos de Mario Behring e suas formulações veementemente negativas em relação à monarquia como um outro texto mais conciliador, que incorporava D. Pedro II à nossa estirpe de heróis, segundo os padrões franceses, filiando o Brasil a um ‘patamar elevado de civilização’. As ênfases dos artigos históricos publicados no *Almanaque* relativos à monarquia revelam as mesmas nuances.” (DANTAS, 2007, p. 116)

A monarquia em si era tida como opressão e atraso, e a luta contra ela estaria na disposição natural do povo brasileiro a favor da liberdade:

“No entanto, mesmo nessas formulações positivas sobre os monarcas brasileiros, a monarquia recoberta de negatividade, enquanto regime de governo, associada à opressão e ao atraso. A interpretação, via de regra negativa, da monarquia, encontrada nesses periódicos, trazia a ideia de que ela era um elemento estranho à vocação natural do ‘povo brasileiro’ para a liberdade e, conseqüentemente, para a República.” (DANTAS, 2007, p. 117)

A *Gazeta de Notícias*, a partir da perspectiva de seu tempo, parece partir dessas mesmas posições que seus contemporâneos Republicanos da década seguinte. Como ela mesma dizia, a monarquia não veria nenhuma possibilidade mais para que brotasse em terras americanas, como fora o Brasil seu guardião por anos a fio. E isso estaria ligado justamente à disposição, não só brasileira, como também americana como um todo, de serem livres, mas mais do que isso, Republicanos.

Acredito que por ser um homem popular, inteligente e honesto (assim como se construiu a imagem na época) as formulações positivas sobre a pessoa de D. Pedro II não contradiziam o discurso de “destinados à República”. Eram memórias

⁸ Sua pesquisa aborda os anos de 1900 e 1910, especificamente a partir do *Almanaque Brasileiro Garnier* e da *Revista Kosmos*. Entretanto, embora trate de recorte temporal diferente, Dantas conversa com nosso assunto na medida em que ela pensa o forjamento de uma nação republicana e sua legitimidade. Enquanto ela a partir dos heróis que montam a cara do Brasil dito liberto e próspero, aqui penso como a monarquia e D. Pedro II pôde foram construídos a partir do republicanismo, revelador da sua popularidade.

compartilhadas socialmente pelos que escreveram, não contradizem o sistema republicano em vigor no país da época pois se referem ao indivíduo em si. Daí a separação entre homem cidadão e homem político. Sua política, ao contrário, precisava ser degolada da história.

Entretanto, Seixas questiona os lugares de memória de Nora. Pois os locais materiais, como a capa de jornal estão sujeitas, na verdade, à própria memória e não são formadoras de uma memória. Quer dizer, a memória não habita no papel escrito, entretanto pode a partir dele despertar memórias incontrolláveis. Diz ela:

“[...] os lugares de memória acoplam-se, formam encruzilhadas, retas transversais, cada um deles formando ‘mundos’ à parte, passíveis de ser colocados em comunicação pela memória. [...] A memória age tecendo fios entre os seres, os lugares [...], mais do que recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como ‘realmente’ aconteceram. Atualizando os passados [...] a memória recria o real.” (SEIXAS, op. cit., pp. 50-51)

Portanto, a criação da página da *Gazeta de Notícias* pode ter suas intenções notáveis, mas elas não são criadoras de memória. Resgatando Halbwachs, tais memórias já habitam em sociedade e serão impulsionadas a partir daquilo que se é compartilhado e, mais, que ainda faz sentido para os indivíduos que dela fazem parte. Desse modo, a memória de D. Pedro II ainda podia ser despertada, porque sua imagem é significativa para o povo brasileiro, mas seus caminhos podem se revelar inesperados, já que tem seu próprio movimento, ela “existe ‘fora de nós’”. (Ibidem, p.51)

A coluna *Publicações a pedidos* é ainda mais interessante, pois é onde o leitor tem voz. É possível verificar no dia 8 de dezembro de 1891 duas vezes dissonantes sobre D. Pedro II, escrevendo à pretexto de sua morte. Num texto assinado por *Um operário tipógrafo*, diz:

“O exilado de 15 de novembro de 1889 não era um ambicioso, um egoísta; não, os atos praticados provam-no exuberante.
Durante o longo período do seu reinado o país gozou sempre de inalterável paz, e o povo viveu no gozo da mais plena liberdade, liberdade de que foi ele a primeira vítima.
O seu desaparecimento [de D. Pedro II] da cena pública deve acabar de convencê-los [os republicanos] de que o sebastianismo já não existe, e que devem tratar de reparar os males que têm feito.” (grifo meu) (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 3, 8 dezembro 1891)

Logo na coluna ao lado da mesma página, temos G. assinando o texto intitulado *Rapidamente...* trazido de outro período, o *Diário de Notícias*, dizendo:

“Agora não há virtude que não tivesse o seu lugar no coração de D. Pedro de Alcântara. Ele era o bom, ele era o justo, ele era o Pai dos brasileiros, ele era quase o impecável. [...]

D. Pedro de Alcântara não era um qualquer [...] mas não era absolutamente esse grande homem e esse grande rei que os europeus imaginavam e em que muitos brasileiros acreditavam. Era um velho inteligente, e era um velho honesto.

Mas ser honesto e inteligente é pouco. Passando em revista os seus cinquenta anos de reinado mais são para contar os prejuízos do que os benefícios que ele trouxe a este país que amava, é certo – no que aliás, não fazia mais do que todos nós brasileiros.” (grifo meu) (GAZETA DE NOTÍCIAS, p. 3, 8 dezembro 1891)

Evidentemente, o operário tipógrafo tende a um discurso monarquista, ao mesmo tempo que “G.” tenta colocar D. Pedro II no lugar que ele achava necessário. Para o operário, é importante lembrar-se da paz e da tal liberdade que significava a monarquia para ele (monarquia a qual se personifica no imperador). É evidente que é um discurso selecionado pela memória. É importante que se traga tais características para o falecido, uma vez que corroboram para seu discurso monarquista.

Para o tipógrafo, seu presente republicano se torna um grande erro prejudicial para o país. Dessa forma, desperta-lhe memórias de um passado grande, valorizado pelas qualidades. E mais, é selecionada, pois esqueceu-se de certos detalhes que poderiam confrontá-lo em seu discurso (como a escravidão, como um país de analfabetos excluídos político e socialmente, por exemplo). O que é natural. Funes lembrava de tudo, com a capacidade de esquecer inativa, por isso era doente. Memória não é só lembrar, é também esquecer. Já o tipógrafo escrevera a partir do que sua memória selecionava, agindo (escrevendo) em seu presente. O confronto de ideias é política, e nela a memória age, como nos lembra Seixas, quando diz sobre a “[...] impossibilidade de uma memória desinteressada, voltada para o conhecimento puro e desinteressado do passado” (SEIXAS, op. cit., p. 53).

Para “G.”, a paixão política é um ingrediente importante para sua composição. Suas memórias dizem respeito ao que o republicanismo provocava em seu ser: um passado a ser superado, olhando para um futuro dito civilizado, corroborando

exatamente com o que o discurso oficial se pretendia⁹. Segundo Luciana Pessanha Fagundes, e conforme se pode observar na fonte, há um silenciamento sobre o governo brasileiro sobre a morte de D. Pedro II. Tinha-se a preocupação de que ao reavivar a memória do ex-imperador, inflasse pretensões restauradoras (FAGUNDES, 2016, p. 41). Inteligente atitude, uma vez que a República enfrentava uma bagunça econômico-político-social.

Justamente por isso era preciso apontar os erros políticos do falecido, separando-o do cidadão. Diz Fagundes:

“Como estadista D. Pedro podia ser criticado. O que ocorreu, ainda em seu reinado. No entanto, como pessoa e cidadão, não havia nada de negativo a ser dito sobre seu caráter. Essa imagem dual da figura de D. Pedro também pode ser lida como uma representação de dois corpos: o natural e o político. Porém [...], a imortalidade que se fabricava então para D. Pedro não era baseada em seu corpo político, não se alimentava de sua atuação como estadista, como imperador. Sua imagem política estava fragilizada, não cabia ressaltá-la, uma vez que ela entrava em choque com a instituição política em vigor.” (FAGUNDES, 2016, p. 45)

É importante ainda ressaltar que havia, da mesma forma na oposição entre o tipógrafo e “G.”, uma oposição entre a imprensa. Jornais monarquistas como *O Brasil* e *A Tribuna*, que mobilizavam importantes nomes como Joaquim Nabuco e que construiriam narrativas diversas nesse mesmo momento sobre D. Pedro II. Havia, portanto uma diversidade de dizeres nesse momento. Mas, neste trabalho me detenho especificamente no *Gazeta de Notícias*, por ser o jornal mais popular e de maior circulação na época. O que não quer dizer, como estamos vendo, que seja ele imparcial.

⁹ Essa nota é importante, pois diz respeito como o Estado é detentor de ferramentas de manipulação do discurso, base para a construção de políticas públicas. Carlos Monarcha, historiador da Educação, explica como o projeto republicano, ao chegar ao poder, entendia a funcionalidade da instrução pública no país. Seu discurso entendia que se antes, na monarquia, educava-se os ditos “príncipes” para que tocassem a nação, mas naquele momento fazia-se fundamental educar o povo, uma vez que ele próprio era o “príncipe” na República. Portanto, estava em uma nova era, mas em um país de analfabetos. E tal realidade não poderia resultar um futuro próspero republicano. Não à toa que em 1890 criou-se a secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, estando a frente da pasta um positivista militar-professor, Benjamin Constant, que tinha como objetivo “civilizar” o país. É de se questionar como, a tal política dita civilizadora instrucional, podia fazer dos marginalizados inclusos socialmente e participantes de tais ditos progressos. Nem 20% das crianças eram matriculadas em escolas na cidade do Rio de Janeiro. Mas é importante pensar como o Estado projetava tal futuro, calcado em sua ideologia, jogando com o passado, entre memórias e ações praticadas no governo. (MONARCHA, Carlos. *Do governo provisório republicano à virada do século*. In: _____. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros**. Uberlândia: EDUFU, 2016. pp. 127-166.)

Embora o discurso oficial seja o de silenciamento, e que conte ainda com os discursos produzidos na imprensa favoráveis ao republicanismo, é fundamental lembrarmos da população que ainda sim tinha sua autonomia de ser e entender a situação. Algo a se notar são as cerimônias fúnebres e missas em memória do falecido. Nas primeiras páginas da *Gazeta de Notícias*, era possível contar inúmeras demonstrações de pesar sobre a morte do ex-imperador. Na edição do dia 10 de dezembro, pôde se contabilizar ao menos 10 notas de pesar. No dia 11, 15 notas. Naquele em que se completou 7 dias da morte, (que foi dia 12, mas expressos no jornal do dia 13) foram 13 mensagens, entre atos fúnebres e notas de pesar, realizados por paróquias em missas e associações beneficentes, como os hospitais Santas Casas.

Na literatura também é possível demarcar tais autonomias, no qual o discurso republicano se esvai. João do Rio foi um importante cronista, o qual percorreu as ruas do Rio de Janeiro em meados da década de 1900, e que pode ser um revelador de tais memórias e, por consequência, da popularidade de D. Pedro. O que chama atenção são as tatuagens que homens e mulheres negros libertos ou descendentes de libertos gravavam em seus corpos, que figuravam a coroa da monarquia (RIO, s/d, p. 17).

Os ritos fúnebres e as tatuagens, podem resgatar tal passado, entretanto, o que age aqui é a memória involuntária. A monarquia, para esses grupos, tem valores próprios. Digo que a personalidade e a biografia magnânima do imperador incidiam naqueles que celebravam a memória em notas de pesar e em missas, ao passo que os acontecimentos da abolição tiveram relação direta com a população que naquele tempo era a trancafiada na cadeia, despejada das suas casas, população pobre do Rio, que em seu presente atingida pela Reforma Urbana das administrações republicanas¹⁰, respectivamente. Tornava-se, assim, D. Pedro II uma figura, no mínimo de grande respeito, mas também muito popular.

Não me cabe aqui, entretanto, analisar a obra literária de João do Rio, mas, ainda sim, é útil para reforçar o argumento de que o que está em jogo são projetos de um futuro. Funes, o memorioso, já não era mais um humano, pois não sentia paixões e motivos para agir no mundo. Era imóvel, não só de suas pernas, mas de alma. Mas, os redatores da *Gazeta de Notícias*, o operário de tipógrafo, “G.”,

¹⁰ Cf. CHALHOUN, Sidney. Cortiços. In: _____. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 15-59.

aqueles que soltavam notas de pesar, que iam às missas para D. Pedro II e os homens e mulheres tatuadas que João do Rio nos apresenta, esses sim, são figuras humanizadas, que agem no mundo e tem suas expectativas de futuro.

Considerações Finais

Temos chegado ao final dessa jornada. Percorremos alguns anos, da década de 1880 até findarmos na década de 1890. Tal pesquisa deixou claro algumas coisas, que podemos dizer por agora. A primeira é de que sim, D. Pedro II foi um homem popular. Embora seja uma pessoa até querida, não podemos tapar os olhos para seus contraditórios, que desprezam a liberdade e a democracia: Poder Moderador, que suprimia a autonomia dos demais Poderes; manutenção da escravidão que foi o terror da história desse país; analfabetismo enorme imputado àquelas pessoas pobres do Império, consolidando a extrema opressão e concentração de renda, que nos acomete até hoje. E não foram apenas 4 anos de governo. Foram décadas.

Muito surpreende os pedidos de volta da monarquia. No ano que se completa 130 anos de Proclamação da República, a imprensa traz em suas páginas vozes que a aclamam. Seriam memórias silenciadas? Memórias de mais de um século? Pode-se pensar que a cena atual da política seja de desespero e descrença no país. Além, é claro, da enorme mudança de melhoria social que se presenciou nas últimas décadas, que fizeram emergir vozes antes pouco ouvidas. Seriam esses pretextos para justificar que a monarquia poderia acabar com a corrupção, ou instabilidade política e econômica (UOL, 15 novembro 2019).

Podemos resgatar o panorama geral republicano, o qual assumiu uma desigualdade social, pois é fruto de um traumatizante processo escravagista que marca todo o Império do Brasil. Ao chegar a República, temos uma capital desestruturada, na qual doenças como febre amarela e varíola, junto com a máxima insalubridade de cortiços, homens e mulheres eram obrigados a conviver, e quando os escravizados vão paulatinamente conquistando a liberdade se juntavam a essa massa esquecida. O processo higienista promovido no início do século XX no Rio de Janeiro promove a expulsão desses grupos das áreas centrais, em nome do progresso, para morros e periferia. Isso ocasionada por uma República aparelhada aos interesses das elites, em nome de uma ordem e progresso. Ordem e progresso para quem?

Para a classe dominante carioca, o Brasil se modernizava, ao passo que a população marginalizada, em todos os sentidos possíveis, sempre esteve jogada a

própria sorte, tanto na monarquia, quanto na república, numa luta incansável para a sobrevivência. Na história brasileira, enquanto para uns a vida era óbvia, como casar, ter filhos e conquistar bens, para outros a vida sempre se deu como uma sobrevida. Viver era surpreendente, visto que a vida se revelava cruel, com um perigo sempre à espreita, pelo modo de vida, na esfera do trabalho e do ambiente de vivência muitas vezes imposto. Colocavam a existência, tanto nas noites boêmias dos ditos baderneiros das cidades, nas favelas que surgiam, nos sertões áridos do nordeste ou então dentro de casa, lugar do subjugo feminino.

Embora tido como culto, inteligente, e patriota, D. Pedro II e a monarquia não podem ser sinônimos de liberdades, muito menos de melhoria social. Seus predicados podem ser verdadeiros, mas talvez se olharmos num contexto macro, como sugere Emília Viotti da Costa, veremos que D. Pedro II podia ser popular, porém, a República já era bem aceita em meio ao povo, possível através de um movimento Republicano atuante e panfletário, desde de 1870 (COSTA, 1999, p. 482) – embora seja tanto controverso quanto D. Pedro II.

A famosa frase de Aristίδes Lobo de que o povo teria visto a Proclamação bestializados hoje ganha novos contornos. Tal frase deixa implícito que a monarquia fora tão popular, e que ninguém quisera a república. Mas que aventureiros mesmo assim a fizeram. Ora, sem receptividade, dificilmente prosperaria, mesmo sendo por um golpe. O mundo era de transformações e a monarquia já não servia mais aos anseios capitalistas. Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, houve na verdade, uma “disposição mental” para a república (MELLO, 2007, p. 10).

130 anos depois do início da República pensamos em quais passos se seguirão daqui para frente. São crises atrás de crises. Em 2013 de representatividade, 2014 se iniciou a econômica, 2015 crise política, 2016 impeachment da presidenta Dilma Rousseff e que desemboca em 2019 na situação que encontramos: discursos anti-democráticos, anti-republicanos, preconceituosos e elitistas. Por isso, pensar em D. Pedro II e na sua popularidade também é pensar no Brasil de 2019. Homens e mulheres que o admiravam nunca deixaram de lutar para conquistar o que fosse preciso: pelo menor valor na passagem de bonde em 1880 e de ônibus em 2013; pelo fim das amarras da senzala da escravidão em 1888 e fim das amarras para ser e se viver quem se é, das amarras de expressão ou política em 2019; pela república ontem e hoje.

REFERÊNCIAS

Fontes:

CNI-IBOPE. Pesquisa CNI-IBOPE: avaliação de governo. Brasília: CNI, dezembro 2018.

CNI-IBOPE. Pesquisa CNI-IBOPE: avaliação de governo. Brasília: CNI, abril 2019.

CNI-IBOPE. Pesquisa CNI-IBOPE: avaliação de governo. Brasília: CNI, setembro 2019.

Constituição de 1824, Inciso XIV do art. 102. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-publicacaooriginal-14770-pl.html>>. Acesso em: agosto 2018.

GANGANELLI. A Igreja e o Estado. Rio de Janeiro: Typ. Imp. et Const. De J. C. de Villeneuve & €. 1873.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 23, 24 agosto, p. 3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>
Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 60, 30 setembro, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>
Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 87, 27 outubro, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>
Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 88, 28 outubro, p. 2-3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>
Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1875, edição 89, 29 outubro, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>
Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1876, edição 22, 22 janeiro, p. 2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>
Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1876, edição 88, 29 março, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1876, edição 163, 1876, 13 junho, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1877, edição 4, 4 janeiro, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1877, edição 28, 29 janeiro, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1879, edição 331, 2 dezembro, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1879, edição 336, 7 dezembro, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1879, edição 350, 21 dezembro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318> Acesso em: ago. 2018.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 125, 4 maio 1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>. Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 126, 5 maio 1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>. Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 128, 7 maio 1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>. Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 135, 14 maio 1888, p. 2-3. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.
Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 136, 15 maio 1888, p. 2-3.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.

Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 143, 23 maio 1888, p. 1.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.

Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 144, 24 maio 1888, p. 2.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.

Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 145, 25 maio 1888, p. 2.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.

Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 137, 16 maio 1888, p. 1-3.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.

Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 155, 4 junho 1888, p. 3.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.

Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 159, 8 junho 1888, p. 3.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.

Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 161, 10 junho 1888, p. 3.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.

Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1888, edição 235, 23 agosto 1888, p. 1.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>.

Acesso em: jun. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1889, edição 320, 16 novembro 1889, p. 1.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>. Acesso em: out 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1889, edição 222, 18 novembro 1889, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>. Acesso em: out. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1891, edição 340, 6 dezembro 1891, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>. Acesso em: out. 2019.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1891, edição 342, 8 dezembro 1889, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&PagFis=318>. Acesso em: out. 2019.

Manifesto Republicano de 1870. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3817523/mod_resource/content/2/manifesto%20republicano%201870.pdf>. Acesso em: agosto 2018.

O Mequetrefe, Rio de Janeiro, 1889, edição 386, novembro 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709670&pesq=>>>. Acesso em: out. 2019.

POPULAR. **Dicionário online Aulete**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/popular>> Acesso em: nov. 2018.

POPULARIDADE. **Dicionário online Aulete**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/popularidade>> Acesso em: nov. 2018.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000183.pdf>>. Acesso em: março 2018.

SOBRINHO, Wanderley Preite. O que pensam os brasileiros que pedem a volta da monarquia? **UOL**, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/15/o-que-pensam-os-brasileiros-que-pedem-a-volta-da-monarquia.htm>>. Acesso em: nov. 2019

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. Não há mais escravos, os tempos são outros: abolição e hierarquias raciais no Brasil. In: _____. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 45-55, 2006.

DOI: <https://doi.org/10.12957/contemporanea.2006.17576>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17576/12953>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BARBOSA, Marialva. Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v. 20, n. 2, p.87-102. jul./dez.1997. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v20i2.945>. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/945/848>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BORGES, Jorge Luis. **Funes, o memorioso**. [S.l.: s.n.] [1944]. Disponível em: <<http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20141/SLC0630-1/Funes,%20o%20Memorioso.pdf>>. Acesso em: out. 2019

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 6, pp. 83-105. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh>> Acesso em: novembro 2017.

COSTA. Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Liberalismo: teoria e prática. In: _____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DANTAS, Carolina Vianna. Entre datas e heróis, a escrita da ‘história pátria’. In: _____. **O Brasil cefé com leite: história, mestiçagem e identidade nacional em periódicos**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História.

DE ALMEIDA PINTO, Jefferson. O processo de anistia aos bispos da “Questão Religiosa”: Historiografia, Direito Constitucional e Diplomacia. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. v. 8, n. 3, p. 426-451, 2016. DOI: 10.15175/1984-2503-20168301. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337347547002>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. E quando é morto o imperador? **Revista M**. v.1, n.1, pp. 27-52, jan./jun. 2016. DOI: 10.9789/2525-3050.2016.v1i1.p. 27-52. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/8110>>. Acesso em: nov. 2019.

FAUSTO, Boris. A primeira República. In: _____. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. pp. 243-328.

GOMES, Marleide da Mota. The decline of Dom Pedro II's Empire and health.. **Arq Neuropsiquiatr**, ano 65, v.4-B, p. 1260-1265. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anp/v65n4b/a35v654b.pdf>>. Acesso em: jun. 2019.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880. **Revista Brasileira de História**, v. 10, n. 20, mar./ago. 1991. Disponível em : <<https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh>>. Acesso em nov. 2018.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: _____. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. pp. 25-52.

JESUS, Ronaldo Pereira. A Revolta do Vintém e a crise da Monarquia. **História Social**, ano 12, 2006, n. 12, p. 73-89, 2006. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/197/189>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. "O dia de amanhã": a República nas páginas do periódico ilustrado O Mequetrefe, 1875-1889. **História** [online]. 2011, vol.30, n.2, pp.239-265. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000200012>>. Acesso em nov. 2019.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Pinsky, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p.111-153.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. Introdução e A bela paz doméstica se vai por água abaixo: a desafeição ao regime e a dessacralização do monarca. In: _____. **A república consentida**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EDUR), 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História – Revista do Programa de Estudo Pós-graduados de História**. vol. 10, jun. 1993, pp. 7-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: out. 2019.

PINTO, Clarice de Paula Ferreira. Contra o mundo da desordem, a favor do mundo do governo: a aprovação da lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2015, **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Anpuh, 2015. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434421500_ARQUIVO_Contraomundodadesordem,afavordomundodogoverno-aaprovacaodaleideInterpretacaodoAtoAdicionalde1834.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva. 1832.

SANT'ANNA, Elizabeth Albernaz Franklin de. Imagens de D. Pedro II e da Monarquia no cotidiano popular. In: _____. **Diferentes vozes, diferentes**

imagens: representações, requerimentos, petições e súplicas a D. Pedro II. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. pp. 136-204.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** São Paulo: Duas Cidades, 2000. p. 9-31.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória e terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 37-58.

SOARES, Carlos Eugênio. A flor da gente à Guarda Negra: os capoeiras na Política Imperial. In: _____. **A negrada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890.** 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. pp. 260-351.

SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império. In: _____. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 1999. p. 181-249